

ATA N.º 02/2017

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 18 de dezembro de 2017-----

----- Aos 18 dias do mês de dezembro de 2017, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----

2 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Cantanhede;-----

3 - Eleição do representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do ACES do Baixo Mondego, prevista na alínea b) do art.º 31 do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22/02;-----

4 - Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para constituição da Assembleia Intermunicipal da CIM Região de Coimbra, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do art.º 83 da Lei n.º 75/2013, de 12/09;-----

5 - Eleição do Presidente da Junta de Freguesia que fará parte da Assembleia Distrital de Coimbra, nos termos da alínea b) do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 5/91, de 8 de janeiro;-----

6 - Designação do Júri do concurso para atribuição de Bolsas de Estudo, nos termos do n.º 4 do art.º 11.º do respetivo regulamento;-----

7 - Eleição do Presidente de Junta de freguesia, representante das Juntas de Freguesia do Concelho, que irá integrar o Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea d) do artigo 5.º do Dec.- Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pela Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto;-----

- 8** – Nomeação do Conselho de Administração da ABAP – Associação Beira Atlântico Parque e Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia / Para conhecimento;-
- 9** - Alteração por adaptação do PDM de Cantanhede nos termos do art.º 121.º do Dec.-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio, por força da entrada em vigor do POC Ovar – Marinha Grande;-----
- 10** - Alteração por adaptação do PU da Praia da Tocha, nos termos do art.º 121.º do Dec.-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio, por força da entrada em vigor do POC Ovar – Marinha Grande;-----
- 11** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / VII Mostra Gastronómica Sopas & Pedras;-----
- 12** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Festival “Pica no Chão”, 4.ª Mostra Gastronómica e Cultural de Febres;-----
- 13** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / XIX Edição do Tapas & Papas – Mostra de Artesanato e Gastronomia de Cantanhede;-----
- 14** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Construção de muro para alargamento da Rua da Galega, no lugar de Espinheiro;-----
- 15** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Aquisição de palco / Correção do valor do subsídio;-----
- 16** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Beneficiação do Campo de Jogos o Seadouro;-----

- 17** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Beneficiação da Fonte e do Lavadouro do Seadouro;-----
- 18** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à Freguesia de Ançã / Beneficiação do cemitério de Ançã;-----
- 19** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Cedência de uma bandeira da Cidade de Cantanhede;-----
- 20** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Cemitério de Portunhos;-----
- 21** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Arraial Popular – Festa na Gesteira;-----
- 22** – Relação das Isenções das Taxas Municipais concedidas / 2.º semestre de 2017 pela Câmara Municipal de Cantanhede;-----
- 23** - Apreciação, discussão e votação de proposta de procedimentos / Concessão de isenções de taxas Municipais;-----
- 24** – Apreciação, discussão e votação da proposta de seguros de acidentes pessoais dos eleitos locais;-----
- 25** - Apreciação, discussão e votação da proposta de cobrança de Derrama relativa ao ano de 2018;-----
- 26** - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) para o ano de 2018;-----
- 27** - Apreciação, discussão e votação da proposta de participação do Município de

Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) relativo ao ano de 2018;-----

28 - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo para o ano de 2018;--

29 - Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 11/12/2015 / Para conhecimento;-----

30 - Apreciação, discussão e votação do pedido de Autorização Prévia Genérica Favorável à assunção de compromissos plurianuais por parte da Câmara Municipal no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA);-----

31 - Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização à Assembleia Municipal para a assunção dos compromissos plurianuais, subjacentes ao procedimento para "Fornecimento de gasóleo e gasolina, por cartão magnético, ao abrigo do Acordo quadro para Fornecimento de Combustíveis Rodoviários, promovidos pela CIM-RC";-----

32 - Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização à Assembleia Municipal para a assunção do compromisso plurianual, para o Concurso Público para: Fornecimento Continuado de Inertes de Calcário;-----

33 - Apreciação, discussão e votação do 2.º Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede, ano de 2017;-----

34 - Apreciação, discussão e votação da 3.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Ano Financeiro de 2017;-----

35 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento

Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2018 / Transportes Urbanos de Cantanhede;-----

36 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2018 / Limpeza urbana;-

37 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2018 / Quinta Agrícola Biológica;-----

38 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2018 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes;-----

39 - Nomeação do Conselho de Administração, Remuneração dos seus Membros, Fiscal Único da INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA;-----

40 - Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2018;-----

41 - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Cantanhede;-----

42 - Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2018.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, saudou todos os presentes e, de seguida, conferiu com os restantes elementos da Mesa as presenças, ausências e pedidos de substituição. Assim, informou que pediram substituição Ana

Margarida Constantino Maia, Sofia Paula Laranjeiro Pedro e José António Costa Vieira, tendo sido substituídos, respetivamente, por Alcides Simões Ferreira Alves, Vitor Manuel Bispo Folgado e Tito Luís Barreto Monteiro. Mais informou que, Vitor Manuel Bispo Folgado, por motivos de saúde, acabou por não poder estar presente na sessão.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, solicitou à Assembleia Municipal a inclusão de um ponto novo, do qual já deu anteriormente explicação e justificou. No entanto, recordou tratar-se de um assunto que surgiu na última sexta-feira e que tem a ver com uma candidatura do Município, no âmbito da ADELO, para a adaptação da Escola Primária de Portunhos. Acrescentou ainda, que é uma das condicionantes para a aceitação da referida candidatura, o facto da Assembleia Municipal, reconhecer o seu interesse para as populações ou para a economia local.-

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, colocou a votação a inclusão do **Ponto 43 – “Apreciação, discussão e Votação da aprovação da Declaração emitida pelo Município de Cantanhede, no âmbito de uma candidatura à Ad Elo, destinada à Requalificação e Adaptação do Edifício da Escola Primária de Portunhos”** a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, passando assim a constar da agenda de trabalhos.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 04/2017, da sessão da Assembleia Municipal de 15 de setembro de 2017, respeitante ao mandato anterior, bem como a ata n.º 01/2017, respeitante ao atual mandato. Relativamente à Ata n.º 4/2017, esclareceu os novos Membros da Assembleia Municipal que se trata de uma mera formalidade, tendo a mesma sido aprovada naquela mesma sessão, em minuta, para efeitos imediatos e enviada aos líderes das respetivas bancadas para análise e apreciação.

Não havendo qualquer pedido de alteração por parte dos presentes, colocou a Ata n.º 4/2017 a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 30 votos a favor e 3 abstenções. De seguida, informou que a ata n.º 1/2017, do dia 13 de outubro de 2017, reporta à instalação da Assembleia Municipal, que se realizou pelas 18 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município. Não havendo qualquer pedido de alteração por parte dos presentes, colocou a Ata n.º 1/2017, a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 16 de setembro 2017 a 18 de dezembro de 2017, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida deu início ao período Antes da Ordem do Dia, passando a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Fernando Pais Alves, o qual, após cumprimentar todos os presentes e ter dado as boas vindas aos novos elementos, agradeceu a todos quantos ajudaram a combater os incêndios que deflagraram na Tocha e no concelho, no dia 15 de outubro, nomeadamente: à população da freguesia que foi incansável; aos tratoristas quer da Tocha, quer de outras freguesias limítrofes e até de outros concelhos; aos Bombeiros Voluntários de Cantanhede pela forma como atuaram, com especial relevo para o seu Presidente da Direção, Adérito Machado e ao Nuno Nascimento, que foram um exemplo para todos os outros Bombeiros; à Proteção Civil na pessoa de Hugo Oliveira; à G.N.R. cujo coordenador foi o Tenente Rui Oliveira. Relativamente à Câmara Municipal, presente desde a primeira hora, enalteceu o papel da Presidente da Câmara, Helena Teodósio, do Sr. Casas de Melo, do Sr. João Moura, do Sr. Carlos Santos e do Sr. José Negrão que estiveram sempre ao lado da população, a encorajar e a ajudar. Realçou o papel dos

voluntários, levado a cabo nos dias seguintes à tragédia, no levantamento dos prejuízos, dos funcionários da Junta de Freguesia que trabalharam dois fins-de-semana seguidos, da Cooperativa Agrícola da Tocha, que colaborou com a Junta de Freguesia desde a primeira hora no preenchimento dos boletins dos levantamentos dos prejuízos agrícolas e na inserção dos mesmos na respetiva plataforma e da Provida e dos seus funcionários que também ajudaram no preenchimento dos referidos boletins e no envio dos mesmos. De seguida, explicou que os boletins foram preenchidos tendo por base 836 inquéritos realizados na Freguesia, respeitantes à parte agrícola, à parte florestal e à parte industrial. Informou ainda que a grande área afetada é a florestal, rondando prejuízos no valor de 9.696.000,00 €, a área agrícola com cerca de 375.000,00 € de prejuízos e a área industrial com prejuízos no valor de 26.230.000,00 €, sendo que, no concelho, os prejuízos foram de 36.878.000,00 €. Informou ainda que no concelho arderam mais de 6.000 hectares e que, em termos de indústria, a SANINDUSA foi uma das mais prejudicadas, pois num universo de 140 empregados, tem no momento 60 em *lay off*, encontrando-se os restantes a trabalhar, e terá que investir em mais de 35.000.000,00 €.

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Sr. Tito Monteiro, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, apresentou um Voto de Louvor ao legado musical e literário de António de Lima Fragoso, subscrito pelos Membros da Bancada do PS, do seguinte teor: *“No ano de 2018 assinala-se o centenário da morte de António de Lima Fragoso um caso admirável de raro talento musical e maturidade precoce ceifado na flor da juventude pela vaga de gripe pneumónica que nesse ano assolou todo o país bem como a Europa, em geral. António Fragoso nasceu na Pocariça, Concelho de Cantanhede, a 17 de junho de 1897 e faleceu na sua terra natal a 13 de outubro de 1918. Para além de exímio pianista, foi um compositor*



precoce, considerado pelos críticos da época como um dos mais poderosos talentos da sua geração. Seguramente um dos maiores compositores portugueses de sempre se a morte não o tivesse levado aos 21 anos de idade. Era o mais velho de cinco irmãos, cedo se revelou a sua extraordinária vocação, aos 8 anos começou a ter as primeiras lições de piano, que foram dadas pelo seu tio, Dr. António dos Santos Tovim, médico em Cantanhede. Depois da instrução primária foi viver para o Porto a fim de frequentar o liceu, onde prosseguiu os estudos musicais, especialmente de piano, com o professor Ernesto Maia. Frequentou ainda o Curso Superior do Comércio, para satisfazer os desejos da família, que acabou por abandonar dois anos depois. Aos 16 anos publicou e deu a primeira audição da sua primeira composição "Toadas da minha aldeia", a que a crítica musical deu os maiores aplausos. Aos 17 anos, entrou no Conservatório Nacional de Música, em Lisboa, estudou harmonia, e piano com Marcos Garim, Tomás Borba e Luís de Freitas Branco. Em 3 de Julho de 1918, concluiu o curso de piano com a classificação máxima. Deixou mais de cem composições musicais, de reconhecido valor, já nesse tempo apreciadas nos centros musicais da Europa. António de Lima Fragoso desconhecia regras, renegava disciplinas de escola, surgiu como um fruto revolucionário de uma arrebatada predestinação, como um caso de intuição sem igual na história da música portuguesa. Ainda em vida, mas sobretudo depois, foi alvo de numerosas homenagens em Portugal e no estrangeiro. Um célebre crítico de arte musical veio a Portugal, a fim de conhecer melhor a sua vida e obra, afirmando que este era mais conhecido na América que em Portugal. Manuela Paraíso descreve o seu estilo musical como tendo notáveis influências de Chopin, mas também afirma que a sua música, bela melancolia tem uma identidade própria. Voto de Saudação à Associação António Fragoso no momento em que esta assinala, de outubro 2017 a outubro de 2018, o

centenário da morte do compositor, através de mais de uma centena de iniciativas culturais a realizar em cerca de quarenta localidades do território nacional e catorze concertos no estrangeiro. Hoje, a Associação António Fragoso existe para comemorar o seu trabalho, promover gravações e performances de suas músicas, perpetuar a sua existência e valorizar o património intangível da Pocariça, de Cantanhede, de Coimbra e de Portugal.”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, agradeceu a ajuda que o Sr. José Negrão e sua equipa prestaram para que pudessem ter operado as substituições dos elementos do PS que não podiam estar presentes na sessão por motivos profissionais e, de seguida, informou que a bancada do PS também tem para apresentar um Voto de Louvor ao Dr. Mário Centeno, do seguinte teor: *“No passado dia 4 de dezembro de 2017 Mário Centeno foi eleito presidente do Eurogrupo pelos Ministros das Finanças da zona Euro. Tal eleição é motivo de orgulho para Portugal, que assim se vê representado ao mais alto nível na zona Euro, o que projetará ainda mais a imagem e a força do nosso país. Mário Centeno, atual ministro das Finanças, é reputado economista, professor catedrático, doutorado em Harvard e quadro do Banco de Portugal. No Eurogrupo, onde tomará posse a 13 de janeiro do próximo ano, Mário Centeno será movido pelas exigências de gerar consensos e de implementar um conjunto de reformas indispensáveis para completar o projeto europeu, o que é de fulcral importância para a Europa, em geral e para Portugal, em particular. O prestígio e importância de tal cargo por um cidadão português levam a que se proponha o presente voto de louvor ao Prof. Dr. Mário Centeno. Cantanhede, 18 de dezembro de 2017. Os Deputados da Assembleia Municipal, eleitos pelo Partido Socialista (PS).”* Finalmente, referiu-se a dois assuntos: - O facto de ter sido abordado por uma



munícipe de Lemedede acerca de uma situação na Rua S. Gião, n.º 26, onde houve uma alteração dos ecopontos para a proximidade da sua habitação, tendo já falado por diversas vezes sobre a situação em causa com a Presidência da Junta de Freguesia, sendo que, de facto até à data, nada foi alterado; - O facto dos semáforos em Lemedede se encontrarem desligados há mais de dois meses.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa colocou a votação para discussão e votação os dois votos de Louvores apresentados pela Bancada do PS, o “Voto de Louvor ao legado musical e literário de António de Lima Fragoso” e o “Voto de Louvor ao Dr. Mário Centeno”, os quais foram aceites para discussão e votação.-----

----- Questionou, de seguida, se algum Membro desejava intervir sobre o “Voto de Louvor ao legado musical e literário de António de Lima Fragoso”, tendo solicitado a palavra o Sr. Carlos Fernandes, o qual reconheceu a justiça da atribuição dos dois votos de louvores e informou, de seguida que, relativamente a António de Lima Fragoso, cidadão fortemente ligado ao concelho e reconhecido pelo louvor atribuído na Assembleia da República, a bancada do PSD também trazia um texto discriminando os seus louvores bem como os da Associação António Fragoso. Assim, afirmou que a Bancada do PSD se associava àquele voto de louvor, apresentado pela bancada do PS. Em relação ao Voto de Louvor ao Dr. Mário Centeno, embora de áreas políticas diferentes, informou que, a bancada do PSD também se regozija com todo e qualquer cargo de relevo que um cidadão português possa desempenhar pelo que, nesse sentido, e porque o texto não é politizado e releva o cargo desempenhado, elevando assim a dignidade do país, informou que a bancada do PSD se associa à bancada do PS na atribuição daquele Voto de Louvor.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação, por escrutínio secreto, o “Voto de Louvor ao legado musical e literário de

Antônio de Lima Fragoso”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade com 34 votos a favor. Colocou, de seguida, a votação por escrutínio secreto, o Voto de Louvor ao Dr. Mário Centeno, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 30 votos a favor e 4 abstenções.-----

----- Deu, de seguida a palavra à Sr.^a Áurea Andrade, a qual após cumprimentar todos os presentes e após desejar as boas festas a todos, informou que a bancada do PS também tem para apresentar um Voto de Louvor para os Bombeiros, do seguinte teor: *“O nosso país assistiu, durante o último verão, à devastação de grande parte do território nacional da zona centro, provocada pelos incêndios. Este flagelo, que coloca vidas e bens em constante perigo, assolou o território nacional, dizimou a floresta e engoliu casas e terrenos agrícolas. Cenário, onde lutaram diariamente, milhares de Mulheres e Homens, Soldados da Paz, que dedicam a sua vida em prol do outro. São bombeiros, que sendo na sua maioria, voluntários, são pilares de valores fundamentais da sociedade, como a solidariedade, o humanismo e o altruísmo. Muitos têm sido os que ao longo dos anos dão a própria vida, em prol da defesa dos outros, ou ficam com graves problemas de saúde em nome do serviço à comunidade. Importa assim, enaltecer e curvar-nos perante o espírito de dedicação, determinação, empenho e coragem diário e evidenciar as qualidades morais, humanas e pessoais destas mulheres e homens que combatem os incêndios sem tréguas, para além dos limites físicos e psicológicos, garantindo a segurança das comunidades. Mulheres e Homens que diariamente prestam serviços de exceção e zelam pela proteção da vida humana e do património urbano, cultural e ambiental. No nosso Município, também intervieram mulheres e homens de Corporações de Bombeiros Voluntários para proteger as nossas florestas, bens materiais e vidas humanas.”* Porque a prevenção dos incêndios começar a ser feita

pelo poder local, num espírito construtivo e de cidadania, os deputados desta Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista, deixam algumas propostas ao Município, nomeadamente: Implementar a vigilância e promover a limpeza da nossa floresta. Fazer o cadastro das terras, para perceber quem são os proprietários e obrigar a limpar os terrenos. Implementar equipas de sapadores municipais em todas as freguesias do concelho, designadas por equipas de primeira intervenção, para se articularem em rede com o município e a corporação de bombeiros, sempre que se preveja situação de perigo ou de catástrofe. Promover e incentivar o voluntariado, através da atribuição de incentivos sociais aos bombeiros voluntários e criar condições para que os jovens possam aderir a esta nobre causa. Tais como: Seguro de acidentes pessoais pago pelo município, redução de pagamento das taxas urbanísticas, compensação de uma percentagem do IMI liquidado relativo a habitação própria, redução das tarifas fixas, relativas aos serviços municipais de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, acesso gratuito às Piscinas Municipais, atribuição de um número limite de bolsas de estudo, por ano, aos bombeiros voluntários e/ou descendentes diretos, que frequentem o ensino superior, desde que o rendimento "per capita" do agregado familiar cumpra o previsto no Regulamento Municipal para atribuição de Bolsas de Estudo. Por último, deverá a Camara Municipal pugnar pelo cumprimento da Portaria N.º 1358/2007 de 15 de setembro, com os ajustamentos introduzidos pela Portaria N.º 75/2011 de 15 de setembro. O cumprimento da referida Portaria implica a criação da Equipa de Intervenção Permanente composta por bombeiros profissionais, cujas condições de contratação e funcionamento são estabelecidas em protocolo a subscrever entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil, Câmara Municipal e a Associação Humanitária de Bombeiros, que vigorará por um período de três anos, renovável automática e

sucessivamente por igual período. A Equipa de Intervenção Permanente (EIP) visa assegurar, em permanência em toda a área do concelho o socorro e a emergência às populações na área do município, designadamente: no combate a incêndios, socorro às populações em caso de incêndios e em todos os acidentes ou catástrofes; socorro a náufragos; socorro complementar em segunda intervenção, minimização de riscos em situações de previsão ou ocorrência de acidente grave, colaboração em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que são cometidas ao corpo de bombeiro. Os elementos que constituem a EIP desempenham, ainda, outras tarefas de âmbito operacional, incluindo planeamento, formação, reconhecimento dos locais de risco e das zonas críticas. Os deputados eleitos pelo Partido Socialista reafirmam assim, a importância da autonomia e insubstituível papel do poder local democrático no serviço público de qualidade a prestar às populações e no desenvolvimento de Portugal.”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, fez uma abordagem geral à primeira intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, recordando que após os incêndios do mês de agosto que assolaram várias freguesias do concelho, no dia 15 de outubro a situação foi muito mais forte e muito mais intensa. Subscreveu, de seguida tudo o que fora dito pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha e acrescentou que a grande dificuldade dos incêndios do dia 15 de outubro, foi a falta de meios necessários para os combater. Recordou que apenas puderam recorrer aos Bombeiros de Cantanhede e a um carro dos Bombeiros da Figueira da Foz, com dois homens, que deram pontualmente apoio ao Parque de Campismo. As pessoas tiveram que se desdobrar, quer na freguesia da Tocha, quer na freguesia de São Caetano ou na União das Freguesias do Corticeiro

e Vilamar, ficando entregues a elas próprias para cuidar dos seus bens, sendo que a força do fogo era de tal maneira que muita coisa não pôde ser feita. Referiu-se de seguida à proposta de Voto de Louvor aos Bombeiros antes transcrita, afirmando que todas as sugestões feitas pela bancada do PS são bem-vindas, sendo certo que o Executivo já esteve em várias reuniões, inclusive com o Sr. Vereador Adérito Machado, também Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede. Acrescentou que uma das propostas, que carece de autorização por parte do CODIS, consiste em criar equipas de intervenção permanentes nas freguesias, constituídas por 5 elementos e que terão um encargo para o Município em cerca de 50.000,00 € e outro tanto para a Autoridade Nacional da Proteção Civil. Afirmou ainda concordar com todos os benefícios que os Bombeiros têm ou que possam vir a ter, se bem que o assunto deva ser abordado com alguma delicadeza porque se está a falar de voluntariado e pode haver opiniões de pessoas que entendam que uma pessoa que trabalha e se dedica a uma IPSS, a iniciativas desportivas ou a atividades culturais, entre outras, também é voluntária, logo também merece. Reconheceu a importância e a dedicação que têm os Bombeiros e referiu que estão a analisar todas estas situações, para que os Bombeiros tenham novos voluntários e que os Bombeiros de Cantanhede continuem a ser reconhecidos como Bombeiros de referência, não só pela situação económica ou financeira que conseguem ter, como na mobilização e na sua intervenção. Acrescentou que, apesar de se entender que o poder local, seja as freguesias, seja a Câmara, tenha que ter uma ligação direta aos Bombeiros, não se deve esquecer a importância, a obrigação e o dever que o Governo tem em legislar naquela matéria. Referiu estar solidária com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, com o CODIS, com todas as associações locais, com o Governo, no sentido de cada vez mais se criar uma associação mais

presente e mais preparada, porque todos necessitam e querem que as populações estejam protegidas. Relativamente ao voto de louvor a António de Lima Fragoso, informou que a Câmara tem estado em diálogo permanente com a Associação António Fragoso, que se tem dedicado totalmente em prol da memória e da obra que aquele músico, conterrâneo, deixou. Tal como foi referido no voto, afirmou que ele era mais conhecido no estrangeiro do que em Portugal, pelo que, a Associação está a conseguir chamar a atenção para a forma brilhante como, em pouco anos que teve, conseguiu compor tanta obra de grande qualidade. Informou ainda que as comemorações dos 100 anos da sua morte estão a ser articulados entre a Associação e a Câmara Municipal, sendo certo que o que se pretende é que aquela figura, cada vez mais, passe das fronteiras do Município e que seja reconhecida quer a nível nacional, quer internacional. Relativamente aos semáforos de Lemedede, informou que os serviços têm conhecimento da situação, mas não conseguem solucionar a avaria, tendo sido contactada uma empresa especializada. Acrescentou que também essa empresa está com dificuldade em encontrar o problema, no entanto, espera que encontre a solução para minimizar aquela questão. Recordou, de seguida que, muitas vezes os semáforos são da responsabilidade das Estradas de Portugal, no entanto, quando estas situações acontecem, o Município tenta ir ao encontro daquela entidade para alertar da situação em questão. Subscreeveu, de seguida, voto de louvor ao Dr. Mário Centeno uma vez que é reconhecido internacionalmente, pelo seu trabalho e o pelo seu conhecimento e competência. Informou ainda que o Município se encontra a constituir a Comissão Executiva da Expofacil e que relativamente a comissão de Honra presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, onde se inserem os Presidentes das Juntas de freguesia, a Direção da ADELO, o Presidente da Associação Empresarial de Cantanhede, o Presidente da Associação Humanitária dos

Bombeiros Voluntários de Cantanhede, o Comandante de Destacamento da Guarda Nacional Republicana de Cantanhede, aguarda que as três bancadas representadas na Assembleia indiquem, até inícios de janeiro, um seu representante para fazer parte na referida comissão. Finalmente, referiu-se à preocupação existente relativamente ao Hospital de Cantanhede, nomeadamente, à situação do bloco operatório que tem falta de alguns tipos de técnicos de saúde. Relativamente a esta questão, informou que houve uma reunião com Conselho de Administração na qual, para além da sua presença, também estiveram a Sr.ª Célia São José, o Sr. Adérito Machado, o Sr. Gonçalo Magalhães e o Sr. Luís Silva. No dia seguinte houve uma reunião com a ARS do Centro onde as situações não foram referidas da mesma forma. Por isso foi pedida uma reunião com o Senhor Ministro da Saúde, o qual não pode atender e delegou na Secretária de Estado da Saúde, Dr.ª Rosa Zorrinho. Nessa reunião estiveram presentes, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Moura, o Chefe de Gabinete, Pedro Castro e a nova Presidente da ARS do Centro, Rosa Reis Marques. Como tinham tomado posse há pouco tempo, não tinham conhecimento de certos dados, tendo ficado o compromisso que, até dia 20 de janeiro, iriam analisar a situação. Foi transmitida a pertinência, a urgência e a necessidade de manter o número de médicos que estão nas extensões de saúde, a situação da consulta aberta que não está como devia estar, a falta dos meios auxiliares de diagnóstico que não correspondem ao apoio da consulta aberta, a falta de médicos, nomeadamente, de anestesistas, no bloco que faz com que o mesmo esteja parado ou não esteja a fazer aquilo para que tinha sido pensado, a falta de especialidades, de certo modo, algum incumprimento no protocolo celebrado anteriormente. Falou-se ainda da situação de falta da limpeza do Centro de Saúde de Cantanhede que nem é da competência do Município, nem da Junta de Freguesia. Concluiu a sua intervenção informando que a

Sr.^a Secretária de Estado esteve muito atenta e muito preocupada e comprometeu-se, juntamente com a Sr.^a Rosa Reis Marques, em fazer a análise da situação da saúde destas áreas do concelho de Cantanhede, e que, até dia 20 de janeiro, reuniria novamente para que pudessem analisar em conjunto a situação e encontrar soluções ou propostas alternativas, tendo em vista uma melhoria em termos de prestação de serviços de saúde no Concelho. -----

----- O Sr. Presidente deu, de seguida, a palavra ao Sr. Carlos Ventura, o qual, após cumprimentar todos os presentes, questionou sobre o ponto da situação do parque de estacionamento que o Município adquiriu na Cidade por permuta, se já foi realizada a escritura e quando é que será disponibilizado para ao público e em que termos. Justificou ser uma situação urgente, porque, como todos sabem não há estacionamento na cidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa colocou a votação, para discussão e votação, o voto de Louvor aos Bombeiros apresentado pela Bancada do PS, o qual foi aceite.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual referiu que para além do Voto de Louvor, também foram elencadas um conjunto de recomendações pelo que questionou se se tratavam de um ou dois documentos, pois é entendimento da bancada do PSD que galardoar o trabalho meritório dos Bombeiros, não é compatível com política e com recomendações à Câmara. Afirmou de seguida que, só o voto de louvor faz todo o sentido pelo que, nesse caso, a bancada do PSD também se associa ao mesmo.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa informou tratarem-se de dois documentos, e de seguida, colocou a votação o Voto de Louvor aos Bombeiros, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----



----- Tomou a palavra o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Maia Gomes, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, relativamente à tragédia dos fogos, referiu ser tempo de pensar na reabilitação das áreas ardidas. Nesse sentido, sugeriu que fosse aproveitada a altura para concluir o troço da EN335, que liga Cantanhede à Tocha e que, por motivos da candidatura, parou na EN109, tendo ficado a aguardar a ligação da 109 à zona Industrial da Tocha ou seja, à estrada da Praia, numa extensão que andarà por volta dos três quilómetros. Acrescentou que depois da tragédia dos fogos havidos, os particulares irão iniciar a replantação daquelas zonas, pelo que seria pertinente que a Câmara Municipal, antes que os particulares o façam, iniciasse um processo de negociação dos referidos terrenos para completar aquele troço, o que considera seria um ato de boa gestão. De seguida, referiu-se às doze rotundas existentes em nove quilómetros de estrada até à Tocha dizendo que, passados vários anos da construção daquele troço, verificam-se rotundas em excesso naquela estrada, pelo que deveria o mesmo ser repensado e eventualmente eliminarem-se algumas das rotundas. Referiu existir parte do troço com um tráfego muito reduzido e outras zonas que têm mais tráfego e não têm rotundas, como por exemplo a estrada da Lagoa Negra para o Escoural que tem muito mais tráfego. Finalizou a sua intervenção desejando a todos um bom Natal e um bom Ano Novo de 2018.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, desejou Boas Festas e um bom ano novo a todos. De seguida, relativamente à temática dos incêndios informou ficar muito satisfeito com a atribuição do voto de Louvor aos Bombeiros Voluntários de Cantanhede e aos Bombeiros de Portugal. Chamou, no entanto, a atenção para o facto de existirem sinais preocupantes por parte do Governo Central em relação ao

papel dos Bombeiros no futuro. Referiu que, a seguir aos incêndios de outubro, foi criada uma comissão que vai vigorar até ao final de dezembro de 2018, onde foram colocadas várias questões e dadas várias soluções quase de imediato, sem terem ouvido os Bombeiros. Acrescentou que o Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses chamou a atenção para o facto de a solução ter que ser encontrada em parceria com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, com a G.N.R., com as Forças Armadas, mas nunca esquecendo os Bombeiros Voluntários. Relativamente ao Voto de Louvor agora atribuído aos Bombeiros, recordou que a população viu o trabalho dos homens que andam no terreno, os senhores Presidentes das Juntas também viram, o próprio Município reconhece o papel dos Bombeiros Voluntários que andam no terreno, mas a verdade é que, ainda hoje ficou preocupado com o Dr. António Costa por estar a premiar elementos dos GIPS da GNR que são centenas de homens enquanto os Bombeiros Voluntários são milhares de homens e mulheres. Acrescentou que essas forças da G.N.R. são bem-vindas ao terreno e sempre foram pedidas pelos Bombeiros, tal como a Força Aérea, mas não se podem esquecer os homens e as mulheres que, voluntariamente, se entregam ao combate às chamas e à defesa das populações. Demonstrou-se, de seguida, admirado sobre a questão do incêndio de Pedrogão Grande e que tenham indiciado o atual Comandante dos Bombeiros Voluntários, quando este age sob ordens diretas da ANPC. Finalmente mostrou-se muito preocupado com a abordagem que o Governo Central está a ter com os Bombeiros, porque não há dúvidas que é a classe profissional mais bem acarinhada pela população portuguesa, pelas Juntas de Freguesia e pelos Municípios.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra à Sr.^a Presidente da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Aidil Machado, a qual após cumprimentar todos os presentes, desejou um Bom Natal e um Bom Ano 2018. De seguida

esclareceu, que os semáforos de Lemedede se encontram avariados há três semanas e não há dois meses, que deu conhecimento do facto ao Sr. Carlos Santos e que a empresa responsável não consegue regularizar a situação porque a placa queimou, estando à espera de uma nova. Relativamente à colocação dos ecopontos na Rua S. Gião, em Lemedede, informou ser da competência da INOVA e que a Junta de Freguesia só teve conhecimento da colocação daquele ecoponto e de outros, porque após a reclamação daquela Múncipe, a Eng.ª Cátia contactou a Junta de Freguesia. Voltou a referir que a Junta de Freguesia não foi ouvida para a colocação do referido Ecoponto e que, conforme foi explicado posteriormente pela Eng.ª Cátia, o mesmo está colocado numa via como em muitas outras, encostado a um muro, do lado da estrada, em frente às habitações como em qualquer outro lado. Informou ainda que a Múncipe já fez a sua queixa na Junta de Freguesia que, por sua vez a fez chegar à INOVA e que, inclusive a INOVA já lhe respondeu. Voltou a referir que se trata de uma zona habitacional que necessita de um ecoponto e que não há outro local para o colocar, sendo certo que o assunto deve ser tratado com a INOVA e não com a Câmara.-----

----- Foi, de seguida dada a palavra ao Sr. Alcides Alves, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, desejou a todos um Bom Natal e um Bom Ano 2018. De seguida, relativamente ao facto do largo de Marvão ter sido recentemente requalificado e se encontrar de uma forma deplorável, com um pavê de uma cor, outro de outra e pavês com desgastes de mais de um centímetro, questionou se de facto aquela obra, sendo nova, se vai ficar assim ou se vai ter alguma intervenção.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, o qual referiu acerca dos incêndios que já se falou sobre o papel dos Bombeiros, sobre o papel do Governo, sobre as populações que foram fortemente

lesadas, mas ainda não se falou do papel da Câmara Municipal e das autarquias em geral. Recordou, de seguida que, já na Assembleia de Junho se falou dos incêndios de Sepins, Ourentã, Murtede, Portunhos, Outil e Ançã, tendo sido tomadas várias medidas: - O acompanhamento próximo às populações e aos meios no terreno; - A reunião com a CIM - Região de Coimbra; - A reunião com vários Ministros e vários Presidentes de Câmara dos vários municípios atingidos; - O acompanhamento à visita do Senhor Presidente da República a vários concelhos, incluindo ao concelho de Cantanhede; - A isenção de taxas da parte da empresa Municipal Inova a quem comprovadamente utilizou água para o combate a incêndios, visível através do aumento dos consumos; - A proposta que será feita ainda na presente sessão da isenção de derrama à SANINDUSA II, porque viu as suas instalações consumidas pelo incêndio; - O apoio dado pela Câmara Municipal aos Bombeiros Voluntários de Cantanhede, à equipa dos Sapadores da Tocha e a outras entidades, nomeadamente, ao Gabinete da Proteção Civil e às próprias Juntas de Freguesias que no terreno lidam e ajudam a combater os incêndios. São muitas situações, são muitas medidas e que no conjunto demonstram uma capacidade de intervenção e uma proximidade que deve ser ela também louvada. De seguida, referiu-se à ida do Biocant à *World Summit* para mostrar as oportunidades de negócios existentes no concelho de Cantanhede. Afirmou que o facto de estar presente num dos maiores eventos sobre a Inovação e tecnologia, também é uma forma de mostrar o concelho e atrair mais empresas, mais emprego e mais economia para o concelho de Cantanhede. Deu, de seguida, os parabéns à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio pela sua eleição para o Conselho Geral da ANMP e relativamente à Comissão de Honra da Expofacic, sugeriu que a mesma passasse do papel para a ação. Por último, relativamente à Inova, observou que, um pouco por todo o concelho, toda a gente quer reciclar e quer os

Ecopontos próximos, desde que não seja à sua porta. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Miguel Gentil, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, desejou a todos um Bom Natal e um Bom Ano 2018. De seguida colocou as seguintes questões: - Se está prevista alguma intervenção no pavimento da estrada dos Aviários de Outil que se encontra deteriorada; - Se a Câmara tenciona fazer alguma intervenção no Parque Verde e no Largo Pedro Teixeira, pois considera o primeiro muito bonito, mas com poucos atrativos.-----

----- Interveio também o Sr. Luís Pato, o qual saudou a Câmara Municipal pelo convite para que um elemento da bancada do PS integre a Comissão de Honra da Expofacic, o que tem vindo a ser pedido já há alguns anos. Relativamente ao texto sobre os incêndios referiu que não existe qualquer tentativa de politizar o assunto porque é uma questão de cidadania. Informou também que, quando elaboraram aquele documento tiveram o cuidado de falar com alguns Bombeiros e com as pessoas que estiveram no terreno a combater os fogos que ocorreram pelo concelho. Acrescentou que, se fosse o caso, teriam dito que se reuniram condições climáticas excecionais, que não é culpa do Governo empossado há dois anos, que todas as condições dos pousios e que existiam acabaram por se revelarem de uma forma catastrófica para a propagação do incendio e todas uma série de políticas relacionadas com o desinvestimento na Proteção Civil que ocorreram ao longo dos anos. Reforçou que não foi em dois anos que foram criadas estas condições, mas sim ao longo de vários Governos, sendo que todos têm culpa e agora interessa é saber como se vai resolver ou, pelo menos, diminuir uma catástrofe daquela dimensão. Relativamente à questão relacionada com o Hospital, estranhou que o anterior Presidente das ARS, sendo natural do concelho, tenha saído sem ajudar a resolver

aquelas questões, que culminam de uma serie de situações, que também já vêm de um passado que não é assim tão recente quanto isso. -----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da União das Freguesias de Covões e Camarneira, Asdrúbal Torres, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, desejou a todos um Bom Natal e um Bom Ano 2018. De seguida, respondendo ao Sr. Alcides Alves, concordou que o pavê aplicado no largo de Marvão se encontra deteriorado e informou que a compra daquele material foi da responsabilidade da Câmara Municipal, que lançou o concurso e depois teve de comprar à proposta mais baixa, cujos produtos nem sempre são os melhores. Informou ainda que, em tempo útil, antes da aplicação do pavê, a empresa que o vendeu foi alertada e reconheceu que alguns estavam danificados, tendo o senhor que andava a aplicar dado indicações de retirar os que estavam fracos e aplicar os que estivessem bons. No entanto, verifica-se, efetivamente que, uns são de uma cor, outros de outra, uns mais baixos, outros mais altos e continua-se a reclamar junto da pessoa que lá está a trabalhar. Finalmente, referiu que o assunto não está esquecido, pois ainda lá estão algumas paletes e irá continuar a pressionar para que o trabalho fique realmente bom.-----

----- Voltou a intervir a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual respondeu às questões colocadas da seguinte forma: - Obteve confirmação por parte do Sr. Eng.^o Carlos Santos de que esta quarta-feira a empresa responsável pelos semáforos vai a Leme e que a semaforização está numa situação de anomalia grave, esperando que consigam solucionar aquela situação; - Relativamente ao parque de Estacionamento, confirmou a permuta feita pela Câmara, no sentido de tentar arranjar na parte central da cidade mais possibilidade de estacionamento. Explicou, de seguida que, para que aquele estacionamento fique de acordo com o



pretendido, há necessidade de proceder a algumas intervenções, nomeadamente, na iluminação, nos acessos, na pintura e ainda colocar um funcionário ou um equipamento técnico no controle das entradas e saídas. Acrescentou que é uma situação delicada porque o parque de estacionamento em cima é privado e o de baixo será público. Referiu ainda que a intervenção na Rua Afonso Henriques está para breve, o concurso já se encontra na fase de análise de resposta a erros e omissões e, nessa altura, há intenção do Município colocar à disposição das pessoas o parque de forma gratuita enquanto durar aquela intervenção, devido às dificuldades que as obras vão acarretar para os residentes. Informou que, também há intenção de incentivar as pessoas a procurar mais o comércio no centro da cidade ou até que possam ir às Finanças ou a outro serviço público, permitindo a utilização de uma hora gratuita e se ultrapassarem essa hora pagarem uma quantia simbólica pelas horas seguintes. Acrescentou ainda que, como a Câmara ainda não alterou os contadores, é natural que a entrada para o parque ainda seja cobrada, sendo também uma forma de desmotivar a sua utilização enquanto o estacionamento não está completamente recuperado. Finalmente informou que a questão será resolvida no decorrer do ano em curso; - Relativamente à ligação da 109 à estrada da Praia, informou que também gostava de avançar com aquela obra e referiu que o levantamento e o projeto foram feitos à época. Considerou que a ligação à praia e à zona industrial é importante, mas os custos previstos para aquela intervenção são de centenas de milhares de euros pelo que está atenta à possibilidade de uma candidatura, destinada não só a questão económica, por causa da ligação de uma zona industrial, mas também à questão turística. Contudo fica com o registo de que o Sr. Enf.º Maia Gomes alertou para a questão dos proprietários estarem a pensar fazer a reflorestação daquela zona; - Quanto às rotundas, informou que quando entrou para a Câmara o traçado já estava

a ser feito e recordou que, se fossem de encontro a todos os pedidos que havia de acessos às propriedades, existiriam o dobro das rotundas, porque as pressões eram tantas para o acesso a cada propriedade, que toda a gente queria que houvesse mais uma rotunda. Acrescentou que na última foi encontrada uma solução muito mais correta, com a constituição das meias luas lateralmente, continuando a via a ser desbloqueada e o acesso à propriedade poder ser feita por essas meias luas. Acrescentou ainda que o traçado pode ser repensado e verificar-se quais são as que são realmente fundamentais e as que podem ser alteradas, sendo certo que, por vezes, nem é uma questão da rapidez do tráfego, mas de acesso as propriedades; - Relativamente à questão do Ecoponto, informou que também teve conhecimento da situação, sendo que apenas um (ou uma) morador(a) da rua mostrou desagrado e os restantes querem o Ecoponto. Acrescentou que, não havendo outra solução naquela rua para recolocar o Ecoponto, a única solução que a INOVA considera é retirar o Ecoponto; - Relativamente à estrada dos Aviários referiu ser uma entre várias outras em Outil, Cadima, Sanguinheira que estão na mesma situação, mas esclareceu que aquela via não necessita apenas de levar tapete, o grande problema é a questão das raízes, sendo necessário um tratamento muito mais complexo. Informou ainda que são estradas onde é necessário arrancar, recolocar, limpar e só depois colocar o tapete e que, os concursos das massas betuminosas estão quase concluídos, pelo que poderão, de seguida intervir naqueles locais; - Relativamente ao Parque Verde, informou já existir um projeto para a colocação de equipamentos para que seja cada vez mais utilizado e continuar a ser o espaço bonito de utilização dos munícipes. Informou ainda que, nesse projeto há duas vertentes, o projeto em termos de equipamentos para exercício físico, elaborado em conjunto com a Divisão do Desporto e a Junta de Freguesia, mas também a instalação de um parque infantil. Acrescentou

que a ideia é ir mais além e esses equipamentos, para além de servir qualquer pessoa, servirem também pessoas com deficiência e invisuais, indo ao encontro de algumas necessidades especiais. Referiu ainda que quando esse projeto estiver programado, será transmitido à Assembleia por se tratar de um projeto maior em termos de inclusão, fazendo do Município de Cantanhede um Município pioneiro de turismo inclusivo. Informou ainda que já houve uma reunião com a Região de Turismo do Centro, com o Turismo de Portugal, com a ACAPO e com as responsáveis da APPACDM que também pretendem fazer uma intervenção muito interessante no Hotel do Rovisco Pais. Acrescentou que as rotas turísticas que estão a ser criadas não se referem apenas ao Museu, à Casa da Cultura, às Praias Fluviais, à própria Praia da Tocha, mas vão no sentido de abranger todas as áreas em termos de turismo inclusivo e uma delas é o parque da cidade; - Relativamente ao Hospital informou que houve efetivamente uma primeira reunião com o Dr. José Tereso, o Dr. Mário Ruivo e Dr. Luís e depois com a Dr.ª Rosa Zorrinho, tendo apresentado uma solução que pessoalmente e o grupo que a acompanhou achou deveras interessante, importante e muito bom para o concelho de Cantanhede, mas não pode adiantar nada porque aguarda que a senhora Secretária de Estado lhe comunique o resultado das negociações. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 2 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Cantanhede”.**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordou que o Regimento da Assembleia Municipal deve ser aprovado e vigorar nos próximos 4 anos. Relativamente ao documento em si, informou que não houve qualquer pedido de alteração, tendo apenas surgido uma questão, colocada pela Sr.^a Maria Manuel Fael relativamente à possibilidade de acesso às atas que se encontram por aprovar. Informou, de seguida que as atas seriam enviadas aos líderes das bancadas que, de seguida as enviariam para os restantes elementos. Assim, qualquer sugestão de alteração poderá ser reportada ao Líder da Bancada que a fará chegar aos elementos da Mesa. De seguida informou que, por uma questão de gestão e na medida que todos hoje em dia utilizam as tecnologias da informação e da comunicação, uma vez que todas têm *e-mail*, as convocatórias, as atas, os assuntos constantes dos pontos das Assembleias Municipais, serão disponibilizados via e-mail. Acrescentou que se trata de desmaterializar os processos, e poupar no papel.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu de seguida a palavra ao Sr. Luís Pato o qual apresentou um documento do seguinte teor: *"Quanto às alterações ao Regimento propostas pelo Presidente da Assembleia Municipal, propõem-se as seguintes sugestões/apreciações: Uma aplicação clara inequívoca e equitativa do Artigo 25 (Regras de uso da palavra no período antes da Ordem do Dia) nomeadamente em relação ao tempo de cada intervenção (cinco minutos); Propõe-se também uma clarificação do Artigo 38 (Ofensas à honra ou à consideração) porque ao longo dos últimos anos, a aplicação desta ferramenta de uma forma equitativa não tem sido prática da mesa anteriormente responsável pela realização destas sessões; Artigo 63.º que trata dos impedimentos e suspeições, consagra-se a conformidade e adequação às alterações ocorridas no Código do Procedimento Administrativo; Artigo. 65.º relativo ao meio e forma das notificações e convocatórias, evidentemente*

concordamos com o uso o correio eletrónico como ferramenta privilegiada de comunicação. Aliás, esta é uma proposta desta bancada há já alguns anos. No entanto, propomos a progressiva diminuição ou até abolição de outras modalidades, de natureza física, que se revelam como sendo mais dispendiosas e lesivas para o ambiente. Para além disso, quanto ao prazo de envio das convocatórias para as sessões ordinárias da Assembleia Municipal, o Partido Socialista solicita que a antecedência de envio da convocatória seja superior ao previsto no regimento - passando a ser de 15 dias, com objetivo de todos os membros da Assembleia Municipal terem tempo necessário para estudar e analisar as complexas e importantes temáticas que irão a discussão nesta Assembleia Municipal (veja-se, por exemplo, a dimensão do documento anexo ao ponto relativo ao orçamento que será votado nesta sessão) pois o prazo de oito dias é, muitas vezes, manifestamente insuficiente para tal. A isto nada obsta quer o previsto no Regimento, quer o previsto no art.º 27.º n.º1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pois o que aí se prevê é o prazo mínimo de envio da convocatória (8 dias). Por fim, no que concerne à redação das Atas (Artigo 47), alusivas a cada sessão de AM, pretende-se que exista um tratamento equitativo nomeadamente na forma como se redigem as intervenções. Por isso, convém que a prática de "resumir", aí mencionada, seja aplicada a todas as forças políticas presentes neste espaço. Uma outra situação – neste caso, relativa aos intervenientes, que não está referida, diz respeito à imposição, ou não, de um tratamento académico. Os deputados do PS consideram que caso se opte por este procedimento está-se perante uma prática que é ancestral e desadequada para um órgão de natureza representativa que se pretende próximo do cidadão. Propomos, por isso, a abolição desta prática passando apenas a estar o papel desempenhado por cada interveniente na AM – por exemplo: "Deputado" ou "Presidente da CMC" seguido do nome do

interveniente. Apesar destes aspetos, consideramos que o cumprimento da matriz deste documento reúne as condições necessários para que este órgão funcione de uma forma o mais equitativo e, portanto, o mais democrática possível; por isso, votamos a favoravelmente. Porém, não obstante, desta intenção, pretendemos colocar as nossas sugestões à votação da presente Assembleia Municipal.”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa recordou que, aquando da tomada de posse, pediu que lhe fizessem chegarem todas as sugestões para que as pudesse disponibilizar a todos os Membros, tendo em vista a discussão das mesmas e não no momento em que se está para aprovar o documento. Acrescentou que a ideia era que, qualquer sugestão que chegasse, fosse trabalhada e devolvida a todos os Membros da Assembleia Municipal. Assim, informou que, no momento ele próprio tem dificuldade em meditar sobre tantas sugestões que foram feitas e terá de levar o documento para casa e refletir sobre o assunto, pois não pode despender duas ou três horas da sessão para falar sobre o mesmo. Referiu ainda que o mais premente é cumprir a Lei e que, sobre a questão do expediente chegar ao Membros da Assembleia antecipadamente aos 8 dias úteis que a Lei exige, haverá um esforço nesse sentido, sendo certo que muitas vezes é difícil, porque há todo um conjunto de trabalhos que não se consegue fazer em tempo útil, como é o caso da elaboração do orçamento ou da apresentação do relatório de gestão, em abril. Acrescentou que muitas vezes não é culpa do Executivo Municipal, mas de um conjunto de procedimentos e trabalhos da própria Câmara Municipal ou das participadas, nomeadamente, a Biocant e até a própria Inova que não chegam em tempo útil para se consolidar o documento. Questionou de seguida, o Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão, sobre a possibilidade de aprovar o Regimento na presente sessão e mais tarde fazer-lhe alterações, tendo este respondido que sim.-----

----- Deu, de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual confirmou que o *e-mail* enviado mencionava o seguinte: *"Solicita-se o envio de eventuais contributos que entendam necessários para a melhoria daquele documento os quais deverão ser enviados para o Dr. José Negrão."* Informou, de seguida que, os elementos da bancada do PSD analisaram o documento, e detetaram recentemente que o artigo 12, relativo ao local da realização das sessões, diz que *"é no Salão Nobre preferencialmente, excecionalmente poderá ser feito noutras localidades do concelho"*. Referiu tratar-se de uma questão de semântica, pois ou é no Salão Nobre ou noutras localidades, excluindo-se a possibilidade de ser em Cantanhede, mas não no Salão Nobre, bastando dizer que poderá ser noutro local como já foi no Biocant por exemplo. Relativamente às propostas do PS referiu que deveriam vir melhor fundamentadas e, sugeriu que, para que a Assembleia possa trabalhar com o Regulamento atualizado, se procedesse à sua aprovação e que as propostas de alteração possam ser analisadas numa futura sessão. Finalmente, referiu que algumas das propostas que ouviu não são propriamente propostas de alteração ao Regimento, mas meras recomendações sobre a condução dos trabalhos, trabalho esse que compete à mesa.-----

----- Interveio de seguida o Sr. Carlos Negrão, o qual cumprimentou todos os presentes e desejou um Bom Natal e um Bom Ano Novo a todos. Informou de seguida, relativamente ao prazo para entrega das convocatórias, que se sentia perfeitamente desconfortável com uma agenda de 42 pontos entre eles as Grandes Opções do Plano, o Orçamento, todo um conjunto de itens que obrigam a uma leitura atenta e solicitou que se avançasse com a aprovação do regimento para que, numa próxima oportunidade se pudesse voltar ao assunto.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura informou que quem quisesse sugerir alterações ao Regimento, poderia fazê-las chegar, porque aquele documento poderia ser alterado a todo o momento, de seguida colocou a votação o **Ponto 2 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Cantanhede”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 3 – “Eleição do representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do ACES do Baixo Mondego, prevista na alínea b) do art.º 31 do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22/02”.**-----

----- Solicitadas propostas para Eleição do representante da Assembleia Municipal, para fazer parte no Conselho da Comunidade do ACES Baixo Mondego, a bancada do PSD propôs a Sr.ª Maria Conceição Gonçalves Marques Alegre de Sá, lista esta identificada com a letra A. Por parte do PS não foi apresentada qualquer proposta.---

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: --

----- Lista A:-----

----- 32 Votos a favor; -----

----- 1 Votos contra. -----

----- Realizada a respetiva votação foi eleita a Sr.ª Maria Conceição Gonçalves Marques Alegre de Sá, para o cargo a que havia sido proposta.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 4 – “Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para constituição da Assembleia Intermunicipal da CIM Região de Coimbra, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do art.º 83 da Lei n.º 75/2013, de 12/09”.**-----

----- Solicitadas propostas para Eleição dos representantes da Assembleia Municipal (eleitos diretamente) para constituição da Assembleia Intermunicipal da CIM Região

de Coimbra, a bancada do PSD propôs, como candidatos João Carlos Vidaurre Pais de Moura, José Maria Maia Gomes, Luís Miguel Ramos Pessoa e Jacqueline Francisco Marralheiro Mendes, para membros efetivos e a Sr.ª Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Maria de Lurdes Cantarinho, para membro suplente, lista esta identificada com a letra A. A bancada do PS propôs, como candidatos Luís Pato, Ana Margarida Maia, João Parreiral e Áurea Andrade, para membros efetivos e José António Costa Vieira, para membro suplente, lista esta identificada com a letra B.-----

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: --

----- 27 Votos a favor para Lista A; -----

----- 6 Votos a favor para a Lista B. -----

----- 1 abstenção.-----

- ----- Realizada a respetiva votação e aplicado o método de Hondt, foram eleitos o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Carlos Vidaurre Pais de Moura, o Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, José Maria Maia Gomes, Luís Miguel Ramos Pessoa e Jacqueline Francisco Marralheiro Mendes como membros efetivos e a Sr.ª Maria do Carmo de Jesus Cantarinho, como membros suplentes, para os cargos a que haviam sido propostos.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 5 – “Eleição do Presidente da Junta de Freguesia que fará parte da Assembleia Distrital de Coimbra, nos termos da alínea b) do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 5/91, de 8 de janeiro”.**-----

----- Solicitadas propostas para Eleição do Presidente da Junta de Freguesia que fará parte da Assembleia Distrital de Coimbra, a bancada do PSD propôs o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Miguel Vaz Cardoso, lista esta identificada com a letra A. Por parte do PS não foi apresentada qualquer proposta.---

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: --

----- Lista A:-----

----- 29 Votos a favor; -----

----- 3 Votos contra. -----

----- 2 votos em branco;-----

----- Realizada a respetiva votação foi eleito o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Miguel Vaz Cardoso, para o cargo a que havia sido proposto.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 6 – “Designação do Júri do concurso para atribuição de Bolsas de Estudo, nos termos do n.º 4 do art.º 11.º do respetivo regulamento”.**-----

----- Solicitadas propostas para designação do Júri do concurso para atribuição de Bolsas de Estudo, nos termos do n.º 4 do art.º 11.º do respetivo regulamento, a bancadas do PSD propôs como candidatos Maria Manuel de Oliveira Fael Gonçalves de Matos, José Carlos Martins de Jesus e José António Costa Vieira, lista esta identificada com a letra A. -----

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: --

----- Lista A:-----

----- 34 Votos a favor; -----

----- Realizada a respetiva votação foram eleitos, por unanimidade, Maria Manuel de Oliveira Fael Gonçalves Matos, José Carlos Martins de Jesus e José António Costa Vieira, para os cargos a que haviam sido propostos.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 7 – “Eleição do Presidente de Junta de freguesia, representante das Juntas de Freguesia do Concelho, que irá integrar o Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea d) do artigo 5.º do**



Dec.- Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pela Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto".-----

----- Solicitadas propostas para Eleição do Presidente da Junta de Freguesia representante das Juntas de Freguesia do Concelho, que irá integrar o Conselho Municipal de Educação, a bancada do PSD propôs o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Miguel Cruz Santo Gomes Fernandes, lista esta identificada com a letra A. Por parte do PS não foi apresentada qualquer proposta.---

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: --

----- Lista A:-----

----- 29 Votos a favor; -----

----- 5 Votos contra. -----

----- Realizada a respetiva votação foi eleito o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Miguel Cruz Santo Gomes Fernandes, para o cargo a que havia sido proposto.-----

----- Saiu o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, assumindo a Presidência o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Maia Gomes.-----

----- Passou-se, de seguida ao Ponto 8 – “Nomeação do Conselho de Administração da ABAP – Associação Beira Atlântico Parque e Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia / Para conhecimento”.-----

----- O Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Maia Gomes, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que o BIOCANT está organizado em torno de duas associações, o BIOCANT e a ABAP, nas quais o Município de Cantanhede é o sócio maioritário. Informou ainda que, nos termos dos estatutos das duas associações o Município tem de indicar, de três em três anos, o seu representante nas assembleias gerais e proceder à eleição dos membros desses

mesmos Conselhos. Informou assim que em abril 2017 realizaram-se as eleições para as duas associações, encontrando-se o atual Presidente da Assembleia Municipal, João Moura, a presidir às mesmas. Informou ainda que, pelo facto de ter deixado de ser Presidente de Câmara e passado a ser Presidente da Assembleia Municipal, foi à reunião de câmara uma proposta para manifestar o reconhecimento do trabalho realizado e para que fosse dado conhecimento da composição daquelas Associações à Assembleia Municipal. De seguida informou que ao nível da ABAP, o conselho de administração é constituído pelo Presidente, João Carlos Vidaurre Pais de Moura, o Vice-Presidente, José Carlos Fialho da Costa Faro, os Vogais, Joaquim José Borges Gouveia, Gil da Silva Patrão e Delfina Gernay Cardoso Moreira; A Mesa da Assembleia Geral é constituída pelo Presidente, Paulo Jorge de Melo Villa Real, da Universidade de Aveiro, os Secretários, ela própria Helena Teodósio, José Mário Fidalgo Lopes, da ADELO e o Conselho Fiscal, constituído por Euclides Gonçalves Carreira e os vogais, António José Cruz dos Santos e Manuel Augusto Milagres Francisco. Ao nível do BIOCANT, o Conselho de Administração, é constituído pelo Presidente, João Carlos Vidaurre Pais de Moura e os Vogais, Delfina Gernay Cardoso Moreira e Euclides Manuel Vieira Pires, a Mesa da Assembleia Geral é constituída pela Presidente, ela própria Maria Helena Teodósio, os Secretários, Maria Conceição Venâncio Egas e Pedro António Vaz Cardoso, o Conselho Fiscal pelo Presidente, por Fernando Alberto Demétrio Rodrigues Alves Guerra e os Vogais Euclides Gomes Gonçalves Carreira e Sandra Isabel Coelho Martins.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual questionou sobre qual a necessidade de ter um Presidente de Conselho de Administração se ainda há pouco tempo veio à Assembleia Municipal a privatização dos edifícios e de outros aspetos do Biocant. Questionou ainda sobre o custo que terá para a Câmara.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que o negócio que está a ser feito tem a ver com dois edifícios e não com a totalidade dos edifícios. Acrescentou que ainda não está completamente escriturado, só há ainda um contrato-promessa e que há ainda uma estrutura que se mantêm e que também poderá a vir a ser negociada. Referiu que é relacionada com a parte administrativa, contabilística e de apoio às candidaturas uma vez que a área da investigação assenta muito em candidaturas europeias. Assim justificou que, enquanto não houver a conclusão de todo o processo, há a necessidade das duas associações se manterem, podendo ser pensado, eventualmente, a junção das duas numa só, sendo ainda prematuro pensar nessa situação. Recordou, de seguida, que a Câmara paga quotas ao Biocant e à Abap e que as construções dos edifícios foram feitas com fundos comunitários, mas iniciou com os capitais próprios do Município através de transferências de subsídios que foram substanciais. Informou que, a partir da celebração daquele negócio, o serviço de banca fica anulado, com a transferência da verba, mas ainda continua a haver mais dois edifícios em que o processo não está concluído. Significa isso que, nos primeiros tempos, as quotas manter-se-ão exatamente como eram para fazer face à área que continua a ser gerida, mantendo-se a necessidade de continuar com as duas associações.-----

----- O Sr. Luís Pato referiu ter colocado uma pergunta objetiva, nomeadamente, qual será o custo para a Câmara?-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que será o valor das quotas.-----

----- Foi, de seguida, dada a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual referiu que tinha ideia de que os estatutos do Biocant tinham implícito que o Presidente seria o Presidente da Câmara.-----

----- Respondeu, de novo, a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, afirmando que não, a Câmara tem de indicar quem é o seu representante.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- O Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Maia Gomes, informou que o **Ponto 09 – “Alteração por adaptação do PDM de Cantanhede nos termos do art.º 121.º do Dec.-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio, por força da entrada em vigor do POC Ovar – Marinha Grande”** e o **Ponto 10 – “Alteração por adaptação do PU da Praia da Tocha, nos termos do art.º 121.º do Dec.-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio, por força da entrada em vigor do POC Ovar – Marinha Grande”** tratam de assunto relacionados com o Urbanismo pelo que solicitou que fossem explicados em conjunto e, de seguida, votados individualmente.-----

----- Dada a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, esta solicitou que fosse o Sr. Vereador do Pelouro e Vice-Presidente, Pedro Cardoso e a Chefe da Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, Isabel Matos, a expor os referidos assuntos.-----

----- O Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Maia Gomes, deu então a palavra ao Sr. Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que quer o Ponto 9, quer o Ponto 10, por força da entrada em vigor do POC Ovar/Marinha Grande implicam a incorporação de forma coerente das orientações e das diretrizes no programa dos planos territoriais pré-existent, através da figura da alteração por adaptação. De seguida solicitou que a Chefe da Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, Isabel Matos, prestasse os devidos esclarecimentos.-----

----- O Sr. Primeiro Secretário da Mesa deu, de seguida, a palavra à Chefe da Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, Isabel Matos, a qual começou por informar que

estas alterações por adaptação não são feitas porque a Câmara quer, mas sim porque a Lei exige. Explicou que o Programa da Orla Costeira é um plano especial que, em termos de hierarquia, está acima dos planos municipais de ordenamento do território. Acrescentou que como não vinculam diretamente os particulares, a Câmara é obrigada a transpor para os seus instrumentos as regras que vinculam os particulares e que, se não o fizesse, ficaria impedida de concorrer a qualquer candidatura europeia, internacional, nacional ou a qualquer programa de financiamento. Informou ainda que existem prazos para cumprir e que, quando o programa da Orla Costeira entrou em vigor o Município tinha 90 dias para fazer aquelas alterações. De seguida, apoiando-se numa projeção, explicou os dois instrumentos que tiveram de fazer a devida alteração para adaptação, o Plano Diretor Municipal e o Plano de Urbanização da Praia da Tocha, porque são os dois instrumentos abrangidos pelo Programa da Orla Costeira. De seguida referiu relativamente ao Plano de Urbanização da Tocha, existem vários impedimentos, nomeadamente, a abertura de novas vias de comunicação ou de acessos viários, estacionamento, ampliação e beneficiação das vias de comunicação ou de acessos viários e estacionamentos existentes, salvo quando associados às infraestruturas previstas.-----

----- Foi dado a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que aquela situação também inviabiliza a requalificação de toda a linha da marginal com outro tipo de qualidade, como por exemplo a colocação de um revestimento a madeira que se tinha pensado propor aos proprietários.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual solicitou esclarecimentos sobre a zona que começa na zona florestal e vai até às edificações onde refere ser proibido destruir a florestação e

recordando a legislação recente referente à proteção das habitações contra incêndios, questionou se devem ou não limpar os matos e cortar a vegetação.-----

----- Respondeu a Chefe da Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana que a versão final que foi enviada já não tem essa alínea, porque consultada a CCDR, chegou-se à conclusão que não era necessária.-----

----- O Sr. Primeiro Secretário da Mesa questionou se houve ou não discussão pública, ao que a Chefe da Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana respondeu que sim. -----

----- Considerou de seguida, que a discussão pública deveria ter sido mais publicitada porque há coisas que devem ser mesmo discutidas publicamente, e as pessoas deveriam ter estado atentas porque era importante que se pudessem pronunciar, nomeadamente, os habitantes da Praia da Tocha. Questionou, de seguida sobre qual foi a intervenção da Câmara Municipal ao nível da discussão pública.-----

----- Respondeu a Chefe da Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana que a entidade que vinculou o processo é a administração central, sendo a câmara convidada a estar sempre presente nas reuniões com voto vinculativo, mas é a CCDR, no fundo, que a representa em termos de voto final. Explicou, de seguida que, em todas as reuniões que a Câmara esteve presente, foi sempre pedido parecer sujeito a prazo que foi cumprido e foi sempre solicitado que fossem ao encontro do que é razoável. Informou ainda que a versão que saiu não é de toda a versão inicial pois essa foi debatida pelos Municípios que integram desde Ovar à Marinha Grande e conseguiram em muitos aspetos, que a equipa de trabalho cedesse. Relativamente à discussão pública afirmou que a Câmara fez a necessária divulgação nos órgãos de comunicação social, levou o assunto à reunião de Câmara, fez os esclarecimentos, fez a sua parte de novo em relação à comissão de trabalho, divulgou pelos presentes



e interessados que na altura demonstraram esse interesse e depois mostrou o resultado à entidade que coordena que é a CCDR.-----

----- O Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Maia Gomes, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Fernando Pais Alves, o qual referiu que de nada teve conhecimento, nem nunca foi convocado para nenhuma reunião e questionou se os palheiros que estão a cair podem ser recuperados.-----

----- Foi, de novo, dado a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, à semelhança do que aconteceu durante 10 anos na defesa do PDM em que o Município andou a tentar defender o que entendia correto, também neste processo, os técnicos assumiram as dores da população defendendo, nos locais próprios, tudo o que tinha de ser defendido. Acrescentou que, porque já existia um Plano de Urbanização da Praia, defendeu-se que continuasse da mesma forma, mas a Lei veio e aplica-se tanto ao Município como aos outros municípios de Ovar à Marinha Grande. Acrescentou que as propostas que chegaram não foram aceites diretamente, existiram pessoas que fizeram propostas que foram transmitidas, mas o resultado foi o que foi agora apresentado.-----

----- Voltou a entrar o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, assumindo, de novo, a Presidência.-----

----- Deu, de seguida a palavra ao Sr. Luís Pato o qual afirmou que este assunto tem responsabilidade política e não técnica.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, voltou a referir que o assunto é apenas para conhecimento. De seguida recordou que, à época, era Presidente da Câmara, e tem noção que todos os procedimentos foram cumpridos e que o acompanhamento feito pelos técnicos presentes nas reuniões, foi sempre direcionado para o que se entendia ser o melhor para o Concelho e evidentemente para os munícipes de

Cantanhede. Assim, referiu que tem a consciência tranquila perante o trabalho que foi feito e recordou que a Chefe da Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, Isabel Matos, tinha esclarecido que a proposta inicial não corresponde ao documento final, tal foi a pressão não só do Município de Cantanhede, mas também de todos os Municípios entre Ovar e a Marinha Grande que também deram os seus contributos. Referiu ainda que, relativamente a novas construções, elas serão muito restritas e só em casos excecionais e em relação à reabilitação do existente, será possível mediante algumas condições, sendo certo que não era a situação que o Município pretendia. Finalmente, voltou a referir que, nem da parte dos técnicos, nem da parte de quem chefiava o Executivo que estava há época, se possa aceitar, que se diga que não fizeram o seu trabalho, antes pelo contrário.-----

----- Pediu de novo a palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual voltou a referir que se trata da alteração do PDM e do P.U. por adaptação do POC que foi aprovado, em consonância com o Governo, por muito que se concorde ou não, mas sempre com voz ativa. Recordou que houve publicitação, o assunto foi a reunião de Câmara, as pessoas tiveram conhecimento e houve muita gente que fez propostas. Referiu ainda que, se calhar se deveria fazer pressão junto da ANMP, mas no momento, obrigatoriamente, o Município tem que fazer a adaptação dos dois instrumentos urbanísticos.-----

----- Interveio, de novo, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Fernando Pai Alves, o qual afirmou que ouviu falar da alteração mas, se tivesse tido conhecimento das alterações em causa, teria chamado os proprietários que necessitam que as suas casas sejam remodeladas.-----



----- Passou-se, de seguida ao Ponto 09 – “Alteração por adaptação do PDM de Cantanhede nos termos do art.º 121.º do Dec.-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio, por força da entrada em vigor do POC Ovar – Marinha Grande”.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, a Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se, de seguida ao Ponto 10 – “Alteração por adaptação do PU da Praia da Tocha, nos termos do art.º 121.º do Dec.-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio, por força da entrada em vigor do POC Ovar – Marinha Grande”.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, a Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- O Sr. Presidente Mesa, João Moura informou que o Ponto 11 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / VII Mostra Gastronómica Sopas & Pedras”, o Ponto 12 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Festival “Pica no Chão”, 4.ª Mostra Gastronómica e Cultural de Febres”, o Ponto 13 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / XIX Edição do Tapas & Papas – Mostra de Artesanato e Gastronomia de Cantanhede”, o Ponto 14 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Construção de muro para alargamento da Rua da Galega, no lugar de Espinheiro”, o Ponto 15 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Aquisição de palco / Correção do valor do subsídio”, o Ponto 16 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à União das Freguesias de

Covões e Camarneira / Beneficiação do Campo de Jogos o Seadouro”, o Ponto 17 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Beneficiação da Fonte e do Lavadouro do Seadouro”, o Ponto 18 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à Freguesia de Ançã / Beneficiação do cemitério de Ançã”, o Ponto 19 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Cedência de uma bandeira da Cidade de Cantanhede”, o Ponto 20 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Cemitério de Portunhos”, e o Ponto 21 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Arraial Popular – Festa na Gesteira” tratam de assuntos relacionados com as Juntas de Freguesia, nomeadamente, atribuições de subsídios e isenções de taxas pelo que solicitou que fossem explicados em conjunto, sendo, de seguida votados individualmente.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual descriminou os apoios atribuídos referindo quais os eventos a que se destinam e qual a Junta de Freguesia envolvida. Esclareceu, de seguida, os novos elementos da Assembleia Municipal, que existem determinados subsídios que são concedidos dentro da mesma lógica dos que estão a ser presentes na sessão, mas que não são comunicados pelo facto de não serem atribuídos a Juntas de Freguesia mas sim a Associações ou a outras entidades, pois por determinação



legal, só os que são atribuídos às Juntas de Freguesia é que têm que ser apreciados pela Assembleia Municipal.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 11 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / VII Mostra Gastronómica Sopas & Pedras”.**-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 11 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / VII Mostra Gastronómica Sopas & Pedras”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 12 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Festival “Pica no Chão”, 4.ª Mostra Gastronómica e Cultural de Febres”.**-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 12 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Festival “Pica no Chão”, 4.ª Mostra Gastronómica e Cultural de Febres”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 13 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / XIX Edição do Tapas & Papas – Mostra de Artesanato e Gastronomia de Cantanhede”.**-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 13 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / XIX Edição do Tapas & Papas – Mostra de Artesanato e Gastronomia de Cantanhede”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Após a votação, o Sr. Luís Pato apresentou uma Declaração de Voto relativa ao **Ponto 11 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / VII Mostra Gastronómica Sopas & Pedras”**, ao **Ponto 12 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Festival “Pica no Chão”, 4.ª Mostra Gastronómica e Cultural de Febres”** e ao **Ponto 13 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / XIX Edição do Tapas & Papas – Mostra de Artesanato e Gastronomia de Cantanhede”**, subscrita pelos Membros da Bancada do PS, do seguinte teor: *“Apesar da votação favorável, é importante referir que há já vários anos que os deputados do PS, na AM de Cantanhede, solicitam à vereação da cultura um documento formal onde estejam plasmados de uma forma objetiva os critérios para a atribuição de subsídios pontuais a eventos culturais. É verdade que existe um documento, porém, na nossa opinião ainda está aquém da clareza desejada para a realização de eventos desta natureza. Como já é seu apanágio, jamais a bancada do PS estará contra a realização de eventos desta natureza - como já foi insinuado no passado, no entanto como somos corresponsáveis pela atribuição destes valores consideramos que é um direito inalienável do munícipe saber, com rigor e responsabilidade, quais são os critérios para a sua atribuição. Uma outra questão que se impõe é aferir qual é a compreensão dos valores culturais intangíveis, que são para além da materialidade, que resultam destes eventos. Ou seja, qual é o retorno identitário que resulta? Qual é a verdadeira contribuição cultural que decorre destes eventos e da atribuição destes valores que não seja apenas a sua manutenção – que é um valor essencial; no entanto, pensamos que se pode, através*

de uma estratégia de potencialização cultural, alcançar valores que não sejam apenas a sobrevivência do próprio evento."-----

----- Também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, apresentou uma Declaração de Voto subscrita pelos Membros da Bancada do PSD, do seguinte teor: *"Sendo a questão recorrente e as declarações de voto recorrentes, neste caso temos também de repetir para fazer face aquilo que é evocado. A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede reitera a posição que historicamente vem assumindo relativamente aos critérios de atribuição de subsídios a eventos culturais, renovando o sentido das declarações de voto que vem apresentando desde 2015. A matriz de critérios é pública e encontra-se disponível para quem a quiser consultar no portal do Município de Cantanhede, num documento cujo título lhe retira qualquer ambiguidade: "Critérios e procedimentos para atribuição de subsídios". Os critérios incluem uma parte qualitativa e descritiva que abrange a globalidade da produção cultural do concelho, distribuída por 4 áreas: música, artes cénicas, folclore e outras formas de criação artística. Incluem também uma parte quantitativa que especifica as percentagens das verbas a atribuir a cada área / tipologia de atividade. Os procedimentos adotados são sempre levados a reunião de câmara, sendo depois publicitados pelos meios habituais, nomeadamente no portal do Município; Anualmente é pedida a opinião e as sugestões dos interessados através de inquéritos remetidos às associações, que também os validam nas diversas reuniões tidas com a Câmara Municipal – note -se que as associações continuam a manifestar a sua concordância com os procedimentos e a não apresentar sugestões de alteração. A atribuição destes apoios é ainda precedida da assinatura de contratos-programa de desenvolvimento cultural, amplamente divulgados nos meios próprios do Município e na comunicação social. Os subsídios a eventos pontuais, como indica o próprio nome,*

têm um carácter de pontualidade e a verba resulta de uma avaliação criteriosa e rigorosa como os demais, com base em critérios objetivos e mensuráveis. Questionar a seriedade os valores atribuídos é desvalorizar o papel importantíssimo da Câmara na promoção de diversas formas de cultura e por todo o concelho, assim como menorizar a competência das associações e das Juntas que acordam esses mesmos critérios com a Câmara e promovem e dinamizam eventos culturais adaptados a cada realidade local. A Lei 75/2013, Regime Jurídico das Autarquias Locais estabelece indubitavelmente que compete à Câmara: “Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município” não estabelecendo em ponto algum que tal atribuição possa ser feita com base em critérios de terceiros ou deva ser objeto de qualquer regulamento. Diga-se até, que a matriz de critérios usada pela Câmara Municipal de Cantanhede é mais clara, mais objetiva e mais perceptível que muitos regulamentos usam longas frases feitas, com um longo arrazoado de bonitos adjetivos que, na sua globalidade, tudo permitem e nada dizem. A Câmara está satisfeita com os critérios existentes. A Assembleia Municipal está satisfeita com os critérios existentes. Os cidadãos estão satisfeitos com os critérios existentes, tendo renovado a sua confiança numa linha de continuidade. As associações estão satisfeitas com os critérios existentes. As Juntas estão contentes com os critérios existentes. Perante isto e ainda que com todo o respeito pela diversidade de pensamento, será que questionar todo o processo não é, neste caso em particular, uma teimosia de uma escassa minoria que se representa apenas a si própria? Quem parece não ter critério relativamente a este aspeto é a bancada do PS na Assembleia Municipal, cuja posição é difícil de sustentar e de entender, senão vejamos: Sem critério, já aconteceu votarem contra a posição dos seus vereadores

na Câmara. Sem critério, já aconteceu a bancada dividir-se no sentido de voto e até discutir calorosamente aquando destas votações. Sem critério, já aconteceu votarem subsídios a juntas e revisões orçamentais, consoante a cor do executivo das mesmas. Agora, sem critério, apresentam a mesma declaração de voto de sempre, para justificar um sentido de voto, quando antes apresentavam a mesma declaração para justificar outro. Assim e pelo exposto, esta bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede mantém a sua coerência, o seu critério e vota e continuará a votar favoravelmente as propostas da Câmara Municipal para a atribuição de apoios culturais.”-----

----- Passou-se, de seguida ao Ponto 14 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Construção de muro para alargamento da Rua da Galega, no lugar de Espinheiro”.-----

----- A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, esclareceu que a União das Freguesias de Sepins e Bolho teve necessidade de fazer a construção de um muro de suporte de terras com mais de 1,70m e numa extensão de mais de 120m, tendo sido atribuído um apoio no valor de 5.000,00 €.**-----**

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 14 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Construção de muro para alargamento da Rua da Galega, no lugar de Espinheiro”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-

----- Passou-se, de seguida ao Ponto 15 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Aquisição de palco / Correção do valor do subsídio”.-----

----- Interveio, de novo, a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que os pontos **15 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de**

atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Aquisição de palco / Correção do valor do subsídio”, 16 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Beneficiação do Campo de Jogos o Seadouro”, 17 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Beneficiação da Fonte e do Lavadouro do Seadouro”, 18 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à Freguesia de Ançã / Beneficiação do cemitério de Ançã”, 19 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Cedência de uma bandeira da Cidade de Cantanhede” e 20 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Cemitério de Portunhos que têm a ver essencialmente com correções contabilísticas de final do ano relacionadas com as Juntas de Freguesia. Esclareceu, que por vezes é atribuído um subsídio com base num orçamento e depois, acontece que o valor gasto é inferior por qualquer motivo e, nesses casos, nesta altura do ano, têm que se fazer essas correções. Esclareceu ainda que, se a Câmara fizer uma empreitada numa freguesia e o terreno for seu, aquela despesa não tem que ser comunicada à Assembleia, se a Câmara fizer uma obra em que o terreno seja de uma associação, também não tem que ser comunicada à Assembleia, sendo apenas aprovada é validado em reunião de Câmara, mas, se a Câmara fizer uma obra em terreno da Junta de Freguesia, a respetiva despesa deve ser informada à Assembleia e a Junta terá de fazer também as suas correções em termos do valor patrimonial, uma vez que, apesar de ser uma obra assumida e feita pela Câmara, continua a ser propriedade da Junta. Relativamente ao assunto

mentado no Ponto 15, informou que foi atribuído um subsídio à freguesia de Ourentã no valor de 7.177,05 € para aquisição de um palco, tendo-se verificado que o mesmo custou 5.719,50 €, tendo ficado mais barato do que estava previsto. Relativamente ao Ponto 16, informou que foi uma obra feita num campo de jogos em terreno da União de Freguesias dos Covões e Camarneira, localizado no Seadouro e, apesar da empreitada ser da Câmara, como o terreno é da Junta, esta vai ter que fazer a afetação daquele valor. Acrescentou que o mesmo aconteceu com a beneficiação de uma fonte do lavadouro no Seadouro e na freguesia de Ançã relativamente a fornecimento de calçada, cimento, lã e inertes de calcário. Explicou ainda que se aqueles materiais fossem destinados a um passeio, a obra seria do Município e já não precisavam de ser informados à Assembleia, mas como são para o cemitério, que é propriedade da Junta de Freguesia, tem que converter num subsídio em géneros e ser comunicado à Assembleia. A mesma coisa aconteceu com uma bandeira que foi entregue à União de Freguesias de Portunhos e Outil e com o fornecimento e transporte de calçada, cimento, inertes e inertes de calcário para beneficiação do cemitério de Portunhos. Explicou que o **Ponto 21 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Arraial Popular – Festa na Gesteira”** diz respeito a uma isenção de taxas a duas Juntas de Freguesia, sendo certo que a Câmara apenas pode isentar as suas próprias taxas e não as taxas cobradas por entidades externas como os direitos de autor ou as taxas da IGAC. Assim, informou que foram isentas taxas no valor de 65,04 € à Freguesia da Sanguinheira pela emissão de licença especial de ruído para o arraial popular na Gesteira.-----

----- A Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, respondendo a uma questão feita anteriormente pelo Sr. Luís Pato, informou que as quotas definidas há largos anos para o Biocant são de 328.560,00 € e para a ABAP 238.536,00 € e que, além daqueles valores a Câmara, muitas vezes, transferia muito mais para o Biocant. Voltou, no entanto, a informar que acredita que, no decorrer do processo, a alteração possa fazer alguma correção daquele valor e que algumas pessoas já passaram, por exemplo, para o CNS ou para outras empresas, mas ainda existe a mesma estrutura. Clarificou também que, à época, Carlos Faro era o Presidente e recebia um ordenado por isso. Como ele saiu, era necessário alguém com conhecimento e que realmente pudesse ocupar aquele lugar, enquanto Presidente da Abap e da Biocant, pelo que o atual Presidente da Assembleia Municipal, João Moura, ficou com os dois lugares mas com o vencimento de um só.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 15 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Aquisição de palco / Correção do valor do subsídio”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 16 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Beneficiação do Campo de Jogos o Seadouro”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual questionou, relativamente ao esclarecimento prestado, se vai custar mais ou menos à Câmara Municipal. Relativamente ao Ponto 16, uma vez que é natural daquela zona e que, com grande tristeza, vê o êxodo das pessoas cada vez mais presente, questionou sobre qual o verdadeiro retorno deste tipo de subsídio. -----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que o valor das

quotas mantêm-se exatamente como estavam, não existindo aumento de transferências de verbas da Câmara nem para o Biocant nem para a Abap. Voltou ainda a referir que, acredita que com as negociações que estão a ser feitas, dentro de uns meses, poderá haver a possibilidade repensar aqueles valores, mas com cautelas, porque não se quer deixar nenhuma das associações em situações problemáticas. Relativamente ao subsídio atribuído, informou que é uma opção local que foi discutida com a Junta de Freguesia anterior e continua a ser com a atual. Acrescentou que foi uma opção discutida entre a Junta e a Câmara porque se entendeu que seria uma obra que localmente as pessoas entendem que é pertinente. Finalmente, voltando aos pontos do POC Ovar Marinha Grande informou que, o programa foi divulgado por Edital, enviado à Junta da Freguesia da Tocha por ofício, foi divulgado na Associação de Moradores e estava na plataforma da internet no *site* da Câmara. Informou ainda que foi presente à reunião de Câmara a 03/11/2015, e desde aí, todos os passos decorreram e foram desenvolvidos dentro da normalidade.-

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 16 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Beneficiação do Campo de Jogos o Seadouro”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 17 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Beneficiação da Fonte e do Lavadouro do Seadouro”**.---

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 17 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Beneficiação da**

Fonte e do Lavadouro do Seadouro”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 18 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à Freguesia de Ançã / Beneficiação do cemitério de Ançã”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Cardoso, o qual, após cumprimentar e desejar um feliz Natal e um bom ano 2018 a todos os presentes na sessão, questionou se o subsídio em causa já foi entregue à Junta de Freguesia de Ançã. -----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, ser suposto que, quando estes subsídios são presentes à Assembleia Municipal, já terem sido entregues.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 18 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à Freguesia de Ançã / Beneficiação do cemitério de Ançã”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 19 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Cedência de uma bandeira da Cidade de Cantanhede”**.-----

----- Foi, de seguida, dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual manifestou a sua indignação e pediu à Câmara Municipal para fazer chegar estas propostas à tutela porque considera não fazer sentido que se discutam na sessão da Assembleia municipal isenções de taxas de 3,00 € ou 4,00 € euros ou a atribuição pela Câmara de uma bandeira a uma Junta de Freguesia, ou mesmo que se discuta se um determinado trabalho executado pelas



Juntas de Freguesia se configura uma atribuição em género ou não.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 19**

– “**Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Cedência de uma bandeira da Cidade de Cantanhede**”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 20 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Cemitério de Portunhos”**.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 20**
– “**Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Cemitério de Portunhos**”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 21 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Arraial Popular – Festa na Gesteira”**.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 21**
– “**Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Arraial Popular – Festa na Gesteira**”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 22 – “Relação das Isenções das Taxas Municipais concedidas / 2.º semestre de 2017 pela Câmara Municipal de Cantanhede”**.-----

----- A Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informou que na sessão de 17/12/2014, foi deliberado pela Assembleia Municipal que a Câmara Municipal comunicasse à Assembleia Municipal, nas sessões de junho e dezembro, as isenções concedidas naqueles semestres respetivos. Assim, informou que, no total dos dois semestres, retirando o mês de dezembro que ainda não terminou, houve um total de isenções de taxas no valor de 89.329,48 €, prevendo-se que até ao final de dezembro as mesmas ultrapassem o valor de 90.000,00 €.

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 23 – “Apreciação, discussão e votação de proposta de procedimentos / Concessão de isenções de taxas Municipais”.**

----- A Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, referiu tratar-se da autorização solicitada à Assembleia Municipal para que, no atual mandato, a Câmara possa continuar a informar as isenções de taxas nos mesmos moldes do mandato anterior, no sentido de simplificar todo o procedimento, continuando a apresentar as isenções concedidas nas sessões de junho e dezembro, respeitantes aos semestres anteriores.

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 23 – “Apreciação, discussão e votação de proposta de procedimentos / Concessão de isenções de taxas Municipais”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 24 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de seguros de acidentes pessoais dos eleitos locais”.**

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que, os estatutos dos eleitos locais, aprovado por lei estipula que os membros dos órgãos autárquicos têm direito a um seguro de acidentes pessoais mediante deliberação do respetivo órgão que fixará o

valor, o qual, contudo não poderá ultrapassar 50 vezes a respetiva renumeração mensal. De seguida, informou que os seguros de acidentes pessoais dos autarcas para 2018/2019 encontram-se contratualizados com a Seguradora Fidelidade, Companhia de Seguros, S.A., seguradora que ganhou o concurso e que terá como interlocutor com a Câmara Municipal a D.ª Maria do Céu Lourenço. Assim, informou que as coberturas são as seguintes: - Morte ou invalidez permanente para o Presidente da Câmara – 212.500,00€, para o Vice-Presidente e Vereadores a tempo inteiro – 175.000,00€, para os Vereadores em Regime de Não-Permanência – 68.680,00€, para os Membros da Assembleia Municipal – 25.000,00€; - Incapacidade temporária para o Presidente da Câmara – 100,00 € por dia, para o Vice-Presidente e Vereadores a tempo inteiro – 75,00 € por dia, para os Vereadores a Tempo Parcial – 25,00 € e para os Membros da Assembleia Municipal – 12,50 €; - Despesas de tratamento e repatriamento 10.000,00 €, 5.000,00 € e 2.500,00 €.

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 24 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de seguros de acidentes pessoais dos eleitos locais”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual antes de iniciar os Pontos **25 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de cobrança de Derrama relativa ao ano de 2018”, 26 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) para o ano de 2018”, 27 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) relativo ao ano de 2018” e 28 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) às entidades que**

oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo para o ano de 2018”, relativos às taxas dos impostos municipais, recordou que quando se faz um orçamento, este é baseado em determinados valores da receita e em determinados itens, como sendo as transferências do Estado, as taxas e os impostos, etc. Referiu ainda que, numa fase de fundos comunitários praticamente no início e sentindo-se na obrigação de tentar obter o máximo de financiamento comunitário, não se pode esquecer que para o ter, também há que ter capitais próprios para fazer face aos projetos em causa. Recordou ainda que grande parte daqueles projetos se situam na cidade de Cantanhede, com o PEDU, que anda na ordem dos 7.000.000,00 €, mas que há mais 13 freguesias que necessitam também de investimento. Concluiu que, por muito que se pudesse pensar numa grande alteração de impostos, o que politicamente seria muito mais simpático, há que ter bom senso e os pés assentes na terra, pois um orçamento e as obras, não se fazem unicamente com vontades, mas sim com dinheiro e com capital.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 25 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de cobrança de Derrama relativa ao ano de 2018”**.-----

----- Voltou a intervir a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a proposta relativa à Derrama é a cobrar em 2018, relativamente ao exercício de 2017, a taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, sujeito e não isento de Imposto sobre rendimentos de pessoas coletivas com um volume de negócios no ano anterior superior a 150.000,00 €. Informou ainda que, num sinal de preocupação se propõe fixar a taxa de 0% (zero) sobre o lucro tributável para as empresas com um volume de negócios do ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00 €, sendo assim favorável para as pequenas empresas. Propõem ainda a isenção do pagamento da Derrama à Sanindusa, pela situação que se verificou nos incêndios de outubro, que

ocasionou um prejuízo na ordem de 25.000.000,00 € e cujo investimento é capaz de ultrapassar os 35.000.000,00. De seguida, informou que a receita da Derrama se destina a ser aplicada na expansão das 4 Zonas Industriais que têm tido uma grande procura, apesar das dificuldades em encontrar terrenos para a satisfazer. Recordou que, ao nível de toda a CIM, no momento, o Município de Cantanhede é o Município com a balança comercial maior de todos, o que significa que está a ter uma grande atratividade. Informou finalmente que os valores dos terrenos também não são altos, o que também é atrativo e o Biocant por si, também é um grande atrativo.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 25 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de cobrança de Derrama relativa ao ano de 2018”** tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 30 votos a favor e 1 abstenção.-----

----- Após a votação a Sr.ª Áurea Andrade, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do PS, do seguinte teor: *“Como tem defendido a bancada do Partido Socialista nos últimos anos, as Políticas Municipais devem potenciar o desenvolvimento económico e a captação de Investimento gerador de riqueza e emprego para o concelho. Não nos parecia correto que, por um lado, nos sejam vangloriados resultados de consolidação financeira, enaltecendo uma redução da dívida acima do previsto e, por outro lado, não se transforme esses resultados em benefícios das empresas e dos munícipes. A Taxa de 0% sobre o lucro tributável para as empresas com volume de negócios abaixo de 150.000,00€ deixa-nos muito satisfeitos e vai de encontro ao que temos defendido ao longo dos últimos anos, beneficiando a maioria do tecido empresarial, fundamentalmente empresas locais, grandes responsáveis pela produção, comércio e serviços e pelo emprego dos nossos concidadãos. A Taxa de 1,5% sobre o lucro tributável para as empresas com volume*

de negócios acima de 150.000,00€, volta a penalizar os maiores empregadores do concelho, em contracorrente com alguns concelhos da nossa região. Defendemos que a verba cobrada por este imposto deve ser reinvestida no setor económico nomeadamente, nas zonas industriais do concelho, tornando-as mais atrativas para as empresas. Apesar de defendermos a aplicação de uma taxa de Derrama de 0%, para todas as empresas instaladas no nosso concelho, mantemos a nossa posição, defendida anteriormente, de que são necessários mais estímulos ao desenvolvimento económico e crescimento de emprego, e não o contrário. Os membros da bancada do PS nesta Assembleia Municipal, reconhecendo o avanço em relação a posições anteriormente assumidas pelo município e indo de encontro a propostas desta bancada, votam favoravelmente a presente proposta de Derrama.”-----

----- Também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do PSD, do seguinte teor: “A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede regista favoravelmente a conjugação dos seguintes fatores relativos à taxa proposta para a Derrama: É importante salvaguardar a capacidade financeira municipal, seja para concretizar as atividades e investimentos previstos, seja ainda para garantir a capacidade de autofinanciamento que permita captar e alavancar fundos comunitários do quadro “Portugal 2020”; É necessário cobrar receitas e obter disponibilidades financeiras que permitam fazer face a obrigações legais, às políticas de contenção orçamental e ao aumento das competências, assegurando ainda assim uma capacidade de intervenção que permita executar respostas sociais e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos; Parte da receita gerada com esta taxa é investida na ampliação, dinamização e promoção dos parques industriais do concelho, o que consome recursos financeiros, mas permite a criação de infraestruturas e condições

que geram atratividade para novas empresas e das quais beneficiam igualmente as empresas já instaladas no concelho; As empresas com lucro tributável inferior a 150 mil euros são diferenciadas pela positiva, através de uma taxa reduzidíssima de 0%. Tal discriminação positiva é um benefício inequívoco para empresas em dificuldades e para a esmagadora maioria das microempresas, relevando-se assim a sua importância na economia local e no tecido social do concelho; A isenção concedida à Sanindusa 2, em virtude da empresa ter sido consumida a 15 de Outubro por um dos incêndios que assolaram o concelho e o país, é também uma medida de grande ponderação, que demonstra o apoio económico à recuperação daquela empresa, mas também o acompanhamento próximo feito pelo executivo municipal, assim como a preocupação social para com os 140 trabalhadores da unidade; O Plano de Desenvolvimento Estratégico traçado pelo anterior executivo municipal e ao qual se pretende dar continuidade, tem tido provas de sucesso, seja nos investimentos realizados e na recuperação económica do Município, seja na captação e capacitação de empresas, seja ainda no amplo reconhecimento por parte da sociedade. Assim e pelo exposto, a dita bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede vota favoravelmente a proposta da Câmara Municipal para a taxa de Derrama a cobrar em 2018.”-----

----- Passou-se, de seguida ao Ponto 26 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) para o ano de 2018” .-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que relativamente ao IMI a proposta é a seguinte: - Relativamente aos prédios urbanos fixar a taxa em 0,38% e fazer a redução da taxa de IMI para esse ano, em função do agregado familiar, aplicando os valores

mais altos, concretamente, 20,00 € para um agregado com 1 dependente, 40,00 € para 2 dependentes, 70,00 € para 3 ou mais dependentes. Informou, de seguida que apenas com estas últimas reduções, a Câmara deixa de arrecadar 73.540,00 €. Informou ainda que, desde 2015 o valor daquele imposto tem diminuído, sendo que em 2016 o Município recebeu 4.976.195,00 € e, no ano atual até à data 3.489.445,00 €, faltando receber ainda alguma verba. Relativamente ao desconto em função do agregado familiar, concorda com a ideia de que deveria existir mais escalões porque uma casa para 5 filhos será diferente de uma casa para 2 ou 3, mas é o que dita a lei e o que a Câmara decidiu aplicar.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 26 - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) para o ano de 2018** tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 23 votos a favor, 5 votos contra e 1 abstenção.-----

----- Após a votação, o Sr. Tito Barreto Monteiro apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do PS, do seguinte teor: *“A CMC decidiu fixar o a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, referentes a prédios urbanos em 0.38%. O plano, já por si débil, que o Município adotou para redução gradual da taxa de IMI, na última legislatura foi agora incompreensivelmente interrompido. Numa conjuntura económica, onde tantos outros municípios têm aproveitado para reduzir significativamente este imposto, aliviando desta forma o orçamento familiar dos seus munícipes, decidiu este executivo manter a mesma taxa. Observemos, o exemplo, dos municípios que constituem a CIM - RC onde 13 (72,22%) das 18 entidades fixaram em 2017 uma taxa inferior à de Cantanhede e onde 9 (50%) cobraram a taxa mínima. Quando o governo decidiu, já em 2016, reduzir a taxa máxima de 0,5% para 0,45%, a CMC, em contraciclo, decide manter a sua proposta anterior, não permitindo assim*

que os munícipes de Cantanhede beneficiem desta redução. Para tal defende que tem tomado outras medidas e desenvolvidos programas com impacto na despesa, como os programas de incentivo à natalidade e à empregabilidade. Pois como já fizemos anteriormente, cabe-nos outra vez questionar sobre os resultados efetivos e concretos destes programas. Quantas famílias receberam tal incentivo? Quantos empregos gerou o programa de empregabilidade? Como temos vindo a defender, este imposto pode e deve ser alvo de uma redução significativa em benefício dos habitantes do concelho de Cantanhede e não apenas dos cofres da Câmara Municipal. O objetivo deve ser o de manter uma política de impostos locais baixos, que favoreçam as famílias que residam neste concelho, objetivo que nos parece possível de ser realizado de forma responsável e sem comprometer o equilíbrio das contas municipais. Continuamos, por isso, convictos da validade da proposta que temos defendido e que consiste na fixação da taxa mínima de IMI em 0,3%. Para além disso defendemos que deve, este município, adotar as seguintes medidas: Isentar de IMI todos os prédios ardidos nos incêndios deste ano. Penalizar em 30% no IMI os proprietários de terrenos que não estejam em condições de salubridade, bem como de edifícios abandonados. Majorar em 50% da taxa de IMI aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono, como medida de prevenção aos fogos florestais. Pelos factos acima referidos os membros da bancada do PS nesta Assembleia Municipal votam contra a presente proposta de IMI.-----

----- Também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do PSD, do seguinte teor: "A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede regista favoravelmente a conjugação dos seguintes fatores em relação às taxas de IMI: Ao longo dos últimos anos (entre 2012 e 2017), conforme a redução programada da taxa

que foi implementada pelo anterior executivo, verificou-se uma diminuição efetiva e progressiva da taxa para todos os proprietários de prédios urbanos, tendo-se atingido em 2017 o valor de 0,38%, que agora se propõe manter para 2018. A taxa proposta é bastante inferior ao máximo legal, ficando sensivelmente a meio dos limites previstos no código do IMI para a taxa a fixar pelos Municípios que, como se sabe, pode variar entre os 0,3 e os 0,45%, para os prédios urbanos. Desde que tal passou a ser permitido que o Município de Cantanhede tem aplicado a redução das taxas de IMI para agregados familiares com dependentes e aplicando sempre a redução máxima prevista na Lei (que presentemente é de 20€ para famílias com um dependente, 40€ para famílias com dois dependentes e 70€ para famílias com 3 ou mais dependentes). Esta medida contribui para a fixação de novas famílias e para a dinâmica social e económica do concelho. Estas reduções continuam a abranger um número muito significativo de vários milhares de agregados e devem ainda ser enquadradas no conjunto vasto de medidas de carácter social tomadas pelo executivo da Câmara, das quais destacamos o Programa de Apoio à Natalidade, o Incentivo à Reabilitação Urbana (com redução ou isenção de IMI) e o Programa de Apoio à Empregabilidade. Refira-se ainda que a redução proposta para agregados com dependentes é absolutamente transparente, referindo-se apenas aos prédios urbanos destinados à habitação própria e permanente e baseando-se em dados fornecidos pela Autoridade Tributária, quer quanto a esses prédios, quer quanto aos dados dos agregados. Embora fosse desejável uma taxa inferior, volta-se a destacar a importância de salvaguardar a capacidade financeira municipal para concretizar as atividades e investimentos previstos, para captar e alavancar fundos comunitários do quadro “Portugal 2020” e para executar as respostas sociais e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. A este propósito, refira-se que com as propostas apresentadas, a

Câmara deixa de auferir uma receita de algumas centenas de milhares de euros, que podem servir para a realização de diversas obras, seja nas freguesias ou na cidade. Assim e pelo exposto, a dita bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede vota favoravelmente a proposta da Câmara Municipal para as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis.”-----

----- Passou-se, de seguida ao Ponto 27 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) relativo ao ano de 2018”.-----

----- A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, antes de entrar no assunto em análise, informou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã que os materiais no valor de 1.842,54 € foram entregues àquela Junta de Freguesia no dia 31 de janeiro de 2017. De seguida, informou que, relativamente à participação do Município de Cantanhede no imposto sobre o rendimento de pessoas singulares, a proposta é de manter a taxa nos 5%. Informou ainda que os Serviços fizeram algumas simulações, tendo chegado à conclusão que a variação era muito curta relativamente ao que cada um podia pagar. Finalmente, informou que em 2016 o Município recebeu 1.073.596,00 € e no corrente ano, até ao momento, recebeu 821.620,00 €, apesar da Direção Geral das Autarquias Locais dizer que o total deve ser na ordem dos 985.000,00 €, o que representa uma diminuição daquele valor, pelo que, por cautela do ponto de vista orçamental, a proposta é manter a taxa de IRS em 5%.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 27 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) relativo ao ano de 2018”**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 25 votos a favor, 5 votos contra e 1 abstenção.-----

----- Após a votação, o Sr. Alcides Simões Alves, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do PS, do seguinte teor: *“A CMC decidiu fixar como participação variável do Município de Cantanhede, relativa aos rendimentos do ano de 2018, a taxa máxima permitida de 5%. A bancada do PS na Assembleia Municipal defende uma redução na taxa de participação variável do IRS em 2%, quando a taxa máxima é de 5%. Temos consciência que esta proposta implica uma redução desta receita (20%), ainda que essa redução possa ser amenizada pelo crescimento real da economia nacional, mas representa, também, uma redistribuição desses valores pelos agregados familiares do município, abrangidos pela medida, apoiando sobretudo quem vive dos rendimentos do trabalho e ao longo de vários anos foi sacrificado com os impostos nacionais. Uma gestão eficiente do orçamento municipal permite realizar investimento, ao mesmo tempo que permite também aliviar as famílias e as empresas no que se refere à fixação de taxas, sem comprometer a estabilidade orçamental. Pelos factos acima referidos, os membros da bancada do PS nesta Assembleia Municipal votam contra a presente proposta de fixar como participação variável do Município de Cantanhede, relativa aos rendimentos do ano de 2018, a taxa máxima permitida de 5%.”*-----

----- Também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do PSD, do seguinte teor: *“A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede regista os seguintes aspetos em relação à participação do Município de Cantanhede no IRS: Seria certamente desejável uma taxa inferior, com reversão de parte do valor para os contribuintes. Todavia, mais uma vez é necessário destacar a importância de salvaguardar a capacidade financeira municipal para concretizar as atividades e investimentos previstos, para captar e alavancar fundos comunitários, para executar*



as respostas sociais e para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Pelo extraordinário impacto que esta taxa tem nas finanças municipais (representando cerca de um milhão de euros), qualquer redução com algum significado para os contribuintes tem necessariamente muito significado para a Câmara. Logo, propostas extemporâneas de redução só podem ser levadas a sério se indicarem onde se fará igual corte do lado da despesa: quais os investimentos de que se deve abdicar, quais as funções ou os apoios a suprimir, quais os funcionários a despedir? Embora já houvessem anteriormente transferências do IRS, esta participação variável dos municípios resulta de uma base recente do orçamento do estado, segundo a qual a verba pode reverter para as autarquias de forma a que estas possam responder positivamente aos problemas e necessidades das populações. Refira-se ainda que a introdução desta taxa na Lei das Finanças Locais se destinou a fazer face aos cortes no financiamento das autarquias locais e gerou desnecessárias discrepâncias entre municípios contíguos. Abdicar desta taxa é um contrassenso, seja pelo seu enorme impacto económico, seja pelo seu simbolismo. Se a taxa é para responder positivamente aos problemas e necessidades das populações, então vamos nós dizer que em Cantanhede as populações não têm problemas e necessidades? Se a taxa é para fazer face aos cortes ao financiamento das autarquias, vamos nós dizer que a Câmara de Cantanhede não precisa de financiamento? Por outro lado, o IRS é um imposto progressivo, pelo que a diminuição da taxa beneficiaria sobretudo aqueles que mais rendimentos auferem. Portanto, esta participação no IRS acaba por ser uma boa medida de equilíbrio social, na medida em que cada um contribui em função dos rendimentos, mas parte dessa verba é depois alocada pela Câmara aos mais desfavorecidos, através das inúmeras medidas e apoios de cariz social que desenvolve. Acresce ainda que o nosso governo diz que “a austeridade acabou” e que

“os cortes transversais e os impostos elevados chegaram ao fim”. Havendo esta visão política, esta disponibilidade e esta folga, entende-se que a desejada diminuição do IRS para os contribuintes pode e deve ser implementada, mas através da enormíssima parte que fica retida na Administração Central (que representa 95% do imposto) e não nos 5% que cabem aos Municípios e que são tão necessários para assegurar a sua missão. Pelo exposto, esta bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede vota favoravelmente a proposta da Câmara Municipal sobre a participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares (IRS).”-----

----- Passou-se, de seguida ao Ponto 28 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo para o ano de 2018”.-----

----- Foi, de novo, dada a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual considerou que aquela taxa é capaz de ser unanime para todos de ser fixada por valores mais altos porque tem a ver com direitos de passagem para os serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público. No entanto, referiu que, após se ter percebido que decorrente da sua aplicação, a prestação do utilizador do serviço seria onerada, decidiu-se fixar aquela taxa em 0%.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 28 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo para o ano de 2018”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao Ponto 29 – “Comunicação dos compromissos



plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 11/12/2015 / Para conhecimento”.-----

----- Interveio a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que desde 1 de setembro a 30 de novembro de 2017, o Município assumiu compromissos plurianuais, nomeadamente: - O fornecimento de internet e comunicação fixa e móveis; - O Programa de requalificação de rede do 1º CEB, transporte de alunos para as escolas de acolhimento; - A Atribuição de subsídio ao Novo Rumo, Teatro de Amadores para o protocolo de parceria de cedências das instalações do GTL de Ançã; - A atribuição de subsídio ao Grupo Recreativo de Cadima para a iluminação do Campo do Fujanco. Explicou, de seguida que se tratam de compromissos que têm efeito em mais do que um ano económico, assumidos com a autorização da Assembleia Municipal, com a obrigação de serem comunicados, para conhecimento.

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se, de seguida ao Ponto 30 – “Apreciação, discussão e votação do pedido de Autorização Prévia Genérica Favorável à assunção de compromissos plurianuais por parte da Câmara Municipal no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA)”-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que é solicitada autorização à Assembleia para que, no próximo ano, a Câmara possa autorizar os compromissos plurianuais, que resultem de projetos ou ações que estejam contempladas nas Grandes Opções do Plano, cujos encargos não excedam o limite de 759.058,00 €, com prazo de execução de 3 anos, comprometendo-se a informar nas sessões das Assembleias seguintes, esses mesmos compromissos.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 30 – “Apreciação, discussão e votação do pedido de Autorização Prévia**

Genérica Favorável à assunção de compromissos plurianuais por parte da Câmara Municipal no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA)", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 31 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização à Assembleia Municipal para a assunção dos compromissos plurianuais, subjacentes ao procedimento para “Fornecimento de gasóleo e gasolina, por cartão magnético, ao abrigo do Acordo quadro para Fornecimento de Combustíveis Rodoviários, promovidos pela CIM-RC””.**-----

----- Foi dada a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o procedimento para “Fornecimento de gasóleo e gasolina, por cartão magnético, ao abrigo do Acordo quadro para Fornecimento de Combustíveis Rodoviários, promovidos pela CIM-RC” tem compromissos plurianuais, nomeadamente, em 2018, 2019 e 2020 e como ultrapassa o valor referido no Ponto anterior, tem que obter a autorização da Assembleia. Informou ainda que aquele procedimento tem o valor de 346.156,00 € + IVA e terá uma vigência de 22 meses, ou seja, de 1 de maio de 2018 a 29 de fevereiro de 2020.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 31 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização à Assembleia Municipal para a assunção dos compromissos plurianuais, subjacentes ao procedimento para “Fornecimento de gasóleo e gasolina, por cartão magnético, ao abrigo do Acordo quadro para Fornecimento de Combustíveis Rodoviários, promovidos pela CIM-RC”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 32 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização à Assembleia Municipal para a assunção do**

✓

compromisso plurianual, para o Concurso Público para: Fornecimento Continuado de Inertes de Calcário”.-----

----- Interveio, de novo, a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o Concurso Público para o Fornecimento Continuado de Inertes de Calcário tem o valor de 205.650,00 € + IVA e vigorará de 1 de março de 2018 a 31 de julho de 2019, sendo também um compromisso plurianual.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 32 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização à Assembleia Municipal para a assunção do compromisso plurianual, para o Concurso Público para: Fornecimento Continuado de Inertes de Calcário”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 33 – “Apreciação, discussão e votação do 2.º Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede, ano de 2017”.**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que a Câmara fez um plano de saneamento financeiro em 2009 e tem a obrigatoriedade de apresentar relatórios semestrais para demonstrar o cumprimento desse mesmo plano. Esclareceu, de seguida, que o relatório em apreço é relativo a 30 de setembro de 2017, e como tal, não espelha todo o ano de 2017, sendo certo que aquando da apresentação da prestação de contas, poderá ser feita a análise do ano completo. Acrescentou ainda que, através dos duodécimos e das projeções, conclui-se que o plano continua a ser cumprido e a ultrapassar o que é exigido por lei. Relativamente ao endividamento referiu a existência de uma margem de mais de 5.000.000,00 € do imposto pelo mesmo plano, e que as exigências impostas estão a ser cumpridas.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 33 – “Apreciação, discussão e votação do 2.º Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Cantanhede, ano de 2017”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 34 – “Apreciação, discussão e votação da 3.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Ano Financeiro de 2017”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que quando o orçamento para 2017 foi feito, havia valores elevados, sobretudo que decorreriam das candidaturas à União Europeia, que não se concretizaram. Assim, informou que, para tornar aquele documento mais real, ao orçamento de 2017 foram retiradas as receitas do PEDU que não entraram. Informou, de seguida uma outra alteração respeitante à plurianualidade de duas candidaturas: A Casa da Cultura – ETPC, uma das obras cujo concurso já está a decorrer e a ciclovia. Ainda outra alteração relacionada com a plurianualidade dos contratos celebrados com a Inova e uma imposição feita pela DGAL, relativamente á criação de uma rubrica nova da receita, que tem a ver com a distribuição de resultados do fundo de apoio municipal.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 34 – “Apreciação, discussão e votação da 3.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Ano Financeiro de 2017”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que os **Pontos 35 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento**

Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2018 / Transportes Urbanos de Cantanhede”, 36 - “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2018 / Limpeza urbana”, 37 - “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2018 / Quinta Agrícola Biológica” e o Ponto 38 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2018 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes”, são assuntos relacionados com a Inova, EM-SA, pelo que seriam analisados em conjunto, sendo, seguidamente, votados individualmente e deu de seguida a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio.-----

----- A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informou que, à semelhança do que tem acontecido nos anos anteriores, se tratam de vários contratos que são estabelecidos com a Inova em função das suas próprias competências. Acrescentou que, relativamente aos transportes urbanos de passageiros, a Autarquia transferirá para a Inova o valor total de 55.000,00 €, a efetuar em 12 prestações mensais iguais e sucessivas, que serão pagas no dia 15 de cada mês, já no início do ano de 2018.--

----- Foi, de seguida, dada a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual referiu que ao longo dos últimos 4 anos se tem discutido a manutenção dos TUC e questionou se, como foi sugerido já por diversas vezes, houve algum inquérito por parte da Câmara, em termos da adequação do serviço à mobilidade das pessoas.-----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que a Inova tem estado sempre a monitorizar aquele serviço, sendo certo que o mesmo dá prejuízo, mas, também se entende que, sendo um serviço público, tem que se pensar muito bem se é para manter ou se é para alterar. Recordou que o serviço foi alargado às freguesias uma vez por semana, na altura da época balnear fez o transporte de pessoas até à Praia da Tocha ou até à Praia Fluvial dos Olhos da Fervença, tendo-se verificado que não havia passageiros, pelo que não teve continuidade. Relativamente às freguesias, concordou que se tenha ainda de fazer alguns ajustes, pois há freguesias que utilizam mais o serviço, e outras que utilizam muito pouco. Informou ainda que, já foi falado com a Inova e até com a própria ARS, sobre a possibilidade de acertar alguns horários com os horários das extensões de saúde para servir alguns utentes, nomeadamente, os mais idosos. Deu como exemplo as freguesias que perderam as extensões de saúde, Corticeiro, Vilamar e São Caetano, no sentido de ser feito algum acerto para se poderem deslocar à Unidade de Saúde Familiar de Febres.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Luís Pato, afirmando que, nas suas deslocações à localidade de Covões, tem verificado que as pessoas mais idosas criticam essencialmente a questão dos horários, aos quais solicitam um certo alargamento para que o transporte chegue mais cedo à localidade e saia de Cantanhede um pouco mais tarde, permitindo assim, que eles possam usufruir melhor dos serviços que existem em Cantanhede.-----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que a questão colocada é delicada se se pensar em termos de outros serviços de transportes, como por exemplo os Táxis. Referiu que, em algumas localidades mais distantes, muitas vezes se juntam 3 ou 4 pessoas para apanhar um táxi e se deslocarem a Cantanhede,



sendo mais caro mas também mais confortável. Referiu, finalmente, que a Inova está sempre disponível para acertar a questão dos horários, mas não é fácil porque o concelho é muito extenso.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 35 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2018 / Transportes Urbanos de Cantanhede”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informou que o Contrato/Programa para a Limpeza Urbana tem o valor é de 267.000,00 €, também a ser pago até ao dia 15 de cada mês, com início em 2018.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 36 - “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2018 / Limpeza urbana”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informou que o Contrato/Programa para a Quinta Agrícola Biológica tem o valor de 42.000,00 €, também a ser pago até ao dia 15 de cada mês, com início em 2018 e informou que espera que na próxima sessão da Assembleia Municipal possa apresentar um projeto prioritário para o concelho, que está a ser implementado na área agrícola pelo Sr. Vereador. Adérito Machado, um grupo de funcionários e outras entidades.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 37 - “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato –**

Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2018 / Quinta Agrícola Biológica”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- A Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informou que o Contrato/Programa para a Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes tem o valor de 583.000,00 €, também a ser pago até ao dia 15 de cada mês, com início em 2018. Informou ainda que, de acordo com a alteração da lei, desde alguns anos este serviço é da competência das Juntas de Freguesias, contudo, a maioria entendeu que deveria delegar aquela função na Inova. Assim, apenas a União de Freguesias de Sepins e Bolho, não delegou aquele serviço na Inova pelo que a verba é transferida diretamente da Câmara para aquela Junta que, por sua vez executa aqueles trabalhos.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 38 - “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2018 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 39 – “Nomeação do Conselho de Administração, Remuneração dos seus Membros, Fiscal Único da INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA”;**-----

----- Foi, de novo, dada a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que os antigos administradores da Inova, António do Patrocínio Alves e Serafim Pires, regressaram à Câmara, após terem estado na empresa municipal,

desde o seu começo. Acrescentou que houve assim necessidade de nomear o novo Conselho de Administração e entendeu-se que aqueles lugares deveriam ser preenchidos com as pessoas da casa. Assim foi proposto para presidente do Conselho de Administração, Idalécio Pessoa de Oliveira, o Sr. Vereador Júlio de Oliveira com funções não executivas e Nuno Miguel Pinto Laranjo, funcionário do quadro da Inova. Informou, de seguida que o Presidente do Conselho de Administração terá um vencimento igual ao de um vereador, 2.609,84 €, valor bruto, mais despesas de representação e que, o administrador receberá o mesmo valor, mas com menos despesas de representação, ou seja 400,00 € em vez de 537.00 €, para além dos restantes abonos a que qualquer funcionário tem direito (subsídio de alimentação, subsídio de férias, subsídio de Natal). Informou ainda que é proposto o ROC Pinto e Castanheira, Sociedade Unipessoal para fiscal único, pela quantia mensal de 625,00 €, mais IVA e que, conforme decorre da Lei a Assembleia Geral da Inova resume-se à Presidente da Câmara, no caso a ela própria.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Primeiro Secretário, Maia Gomes, o qual, em primeiro lugar, deixou um reconhecimento ao Conselho de Administração que cessou funções, pelo excelente trabalho realizado ao longo dos anos na Inova. De seguida, desejou as maiores felicidades ao Conselho de Administração agora nomeado e felicitou o Município por uma vez mais e honrando a tradição na Inova, ter recorrido a pessoas da estrutura para aquele Conselho de Administração diminuindo assim os custos. Finalmente, solicitou que em termos futuros, haja planeamento e articulação na realização de obras entre a Câmara Municipal e a Inova, porque aconteceu uma situação nos passeios que estão a ser feitos na Tocha, concretamente, os mesmos tinham acabado de ser pavimentados quando a Inova lá foi rebentá-los para reparar um ramal de água. -----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Camara, Helena Teodósio, que relativamente à situação das obras, quando há uma reparação decorrente de uma rutura, que ninguém consegue controlar é uma situação imprevisível, sendo certo que o que mais lhe custa, é ver um pavimento novo acabado de por e passado um tempo estar cortado. Acrescentou que, no caso de uma ligação nova, já prevista, é outra coisa, até porque, quando o Município pretende por tapete num determinado arruamento, atempadamente, questiona a Inova sobre a perspetiva de fazer obras naquele local e, quando estejam previstas, ou adia ou se interrompe a pavimentação. Informou ainda que é fundamental que, quando a Inova pretenda fazer qualquer alteração, porque há uma casa nova, porque há uma alteração na conduta, ou outra coisa qualquer, deve informar os serviços da sua intenção, porque pode estar programado com um Presidente de Junta fazer uma intervenção nesse mesmo arruamento e depois acontecem coisas semelhantes à que foi mencionada. Esclareceu, de seguida, que na EN109, a obra atrasou porque estava pensado fazer os passeios logo dos dois lados e a Inova tinha já prevista a intervenção referente à recuperação de toda a tubagem que lá se encontrava e que necessitava de ser feita.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 39 – “Nomeação do Conselho de Administração, Remuneração dos seus Membros, Fiscal Único da INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA”**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 23 votos favor e 6 abstenções.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 40 – “Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2018”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu, de novo, a palavra à Sr.^a Presidente

da Câmara, Helena Teodósio, a qual com o auxílio de uma projeção começou por explicar todos os procedimentos necessários para a elaboração daquele documento por parte da Divisão financeira, frisando a existência de regras muito rigorosas para que os orçamentos sejam os mais reais possíveis. Após toda aquela explicação, informou que o orçamento para 2018 atinge um valor de 24.558.804,00 €, ligeiramente inferior ao do ano passado. Passou de seguida a detalhar a parte da receita, nomeadamente, quanto às transferências correntes e aos impostos diretos, aos rendimentos de propriedade no que respeita à concessão e distribuição de energia elétrica e de iluminação pública, receitas do QREN e do Portugal 2020, esta última destinada às obras da rede ciclável, à reabilitação da Casa das Três Marias, à reabilitação de toda a Casa da Cultura e das antigas instalações da ETPC e à requalificação da cidade. Relativamente à Cidade informou que a requalificação da Rua Afonso Henriques é a que está mais adiantada, a Rua Marquês de Pombal está em execução e que, para o Bairro Vicentino teve que ser feito um acordo com as conferências, tendo estas passado o direito de superfície ao Município porque era uma das obrigações para o financiamento, sendo certo que todas as casas do bairro vão ser recuperadas. Considerou este último facto importante para a cidade, mas sobretudo muito importante para as pessoas que vivem naquele Bairro pois a zona ficará muito mais agradável, uma vez que a candidatura tem, não só a recuperação das casas, mas também da envolvente. Relativamente à despesa, referiu que se destaca a despesa com o pessoal, por causa das alterações previstas ao nível do descongelamento de carreiras, etc... Depois as aquisições de bens e serviço que se tenta sempre conter, a parte da iluminação pública, a eletricidade, as refeições escolares, os transportes, o gasóleo, os subsídios às associações, os contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia, etc... Analisando por funções referiu

que, a parte das funções sociais é a que se destaca mais, correspondendo às refeições escolares, às bolsas de estudo, à obra da EB1 Cantanhede Sul que está a decorrer, à obra da EB2,3 Marquês de Marialva que se prevê começar nas férias da Páscoa, aos postos de enfermagem que o Município continua a apoiar, ao subsídio de incentivo à natalidade, ao funcionamento da Colmeia que continua a gerir não só roupas como utensílios, como bens alimentares para as famílias mais carenciadas, à intervenção na antiga Escola Primária de Portunhos, a algumas aquisições e requalificações que estão a decorrer, aos protocolos e aos contratos-programa com a Inova. Quanto ao nível cultural e desportivo deu alguns exemplos e afirmou que o Município quer fazer o fecho de tudo o que está construído em termos desportivos. Referiu também alguns apoios para a requalificação de igrejas e de capelas, como igreja de Cantanhede, da Tocha e da Praia da Tocha. Na parte da indústria referiu o enorme investimento em termos das infraestruturas nas zonas industriais que se refletirão no desenvolvimento e na criação de emprego e os subsídios de fomento à empregabilidade, entre outros. Relativamente ao Turismo, neste mandato entendeu-se que tem de ter outra abordagem, deixando de estar ligado à cultura para passar a ter uma função diferente e estar ligada à atratividade e à questão económica do concelho.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. João Parreiral, o qual relativamente à apreciação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para 2018 e em representação da bancada do PS apresentou algumas questões da seguinte forma: *“Os deputados do Partido Socialista consideram que nos deveria ser dada a possibilidade de consultar e participar na proposta de orçamento municipal e as GOP para o ano de 2018 e não apenas participar na discussão e votação de um documento fechado. Consideramos que a*

participação de todos e a diversidade de opiniões poderia tornar os documentos mais abrangentes e, desta forma, servir melhor os nossos munícipes. O turismo, tem destinados 0,22% do Orçamento. Com este orçamento qual a estratégia que a CMC tem para o turismo. Apesar da isenção da taxa da derrama para empresas com volume de negócios inferior a 150.000,00Eur, a receita prevista da derrama volta a subir para montantes a rondar os 785 mil euros. Como pensa a CMC reinvestir este valor? Quais as medidas concretas de apoio às empresas com implicação na criação de emprego e consequente fixação de pessoas que a CMC pensa adotar? O que pensa fazer, por exemplo, da zona industrial de Ançã que, apesar de fazer parte da GOP há mais de uma década não sai do papel? Não vislumbramos no orçamento nem nas GOP um projeto consistente para a agricultura do concelho. Pode explicar qual a visão da CMC para esta área? Na cultura, considera este executivo que estamos bem servidos de infraestruturas, por exemplo ao nível das infraestruturas desportivas? Como pensa o executivo fazer a distribuição da verba a transferir para as diversas juntas de freguesia na salvaguarda da coesão social e territorial defendida nas GOP, tendo em consideração que o investimento previsto no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), que se financia no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio Portugal 2020, apenas contempla obras na cidade de Cantanhede. Estas são algumas das questões que gostávamos de ver esclarecidas." -----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Luís Pato, o qual questionou, relativamente ao arranjo do Parque Desportivo de Cantanhede, sobre o porquê, passado quase uma década, de ainda não haver uma solução efetiva para a concretização total daquele equipamento desportivo que deveria ser a referência do Município. Questionou ainda se haverá alguma intervenção no Parque Expo-Desportivo de S. Mateus.-----

----- A Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, respondeu às questões colocadas da seguinte forma: - Relativamente ao Turismo informou que os valores apresentados dizem respeito ao que se gasta nos Postos de Turismo e não a um investimento para atrair turistas a Cantanhede que poderá estar diluído na área desportiva, cultural, económica ou até religiosa. Referiu ainda que, o entendimento deste mandato é que o turismo tem que levar um incremento bastante grande, assim já houve reunião com a Região de Turismo do Centro e com o Instituto de Turismo de Portugal, no sentido de se tentar intervir em variadas iniciativas e de apelar cada vez mais à atratividade de Cantanhede para aquela área. Deu como exemplo o facto de a Expofacic ser um fator turístico, um meio de atrair pessoas à cidade, pelo que o Município tem de saber vender lá fora o que é atrativo no concelho. Recordou que quando falou na questão da APPACDM, o que se pretende é uma nova vertente, o chamado turismo inclusivo. Explicou que por iniciativa da APPACDM, assim que o Turismo de Portugal aceite a candidatura, vai ser criado na Tocha um hotel onde serão possivelmente investidos 600.000,00 € ou 700.000,00 €, vocacionado para um mercado diferente direccionado às pessoas com deficiência. Informou ainda que os técnicos de turismo estão já a criar roteiros específicos para aquelas pessoas e que a Câmara está a fazer uma candidatura, agregada à da APPACDM, destinada por exemplo aos invisuais tendo em vista a colocação de detetores para que, quando saem por exemplo do mar, saibam onde estão os balizadores e os espaços do Museu da Pedra e da Casa da Cultura serão acertados e afinados de acordo com especialistas, tanto da APPACDM como da ACAPO de forma a atrair cada vez mais pessoas com aqueles problemas, para que Cantanhede possa oferecer este tipo de roteiros. Relativamente à ciclovia que vai ligar Cantanhede, Figueira da Foz e Mira, explicou que a candidatura em colaboração com a CIM é relativa à ligação de uma pista que



pode ser pedonal ou ciclável e que vai ligar a outras que já estão feitas a norte e a sul do país. Referiu tratar-se de um grande investimento mas que é uma área do Turismo das mais apetecíveis, sobretudo para os países nórdicos que gostam de temperaturas amenas e de áreas cicláveis. No entanto, a verba está na área do desporto e não no Turismo. Informou ainda que a Praia Fluvial dos Olhos da Fervença é outra área que está em negociação com os proprietários, estando praticamente terminada para ser feito o seu alargamento e a sua requalificação. Concordou, de seguida com o facto de que faltam algumas infraestruturas do ponto de vista cultural, nomeadamente, de um auditório que seja compatível com a realidade de Cantanhede, mas como tudo tem a ver com números, há que saber fazer escolhas e concluir primeiro o que está por acabar; - Em termos da atratividade industrial referiu que Cantanhede está no *top* da região devido à sua localização com o cruzamento da A1, A14 e A17 e à existência do Biocant que está a atrair outra tipologia de empresas. Referiu querer continuar a dinamizar a zona industrial da Tocha que está num crescimento muito interessante, sendo que a de Murte de está praticamente fechada, a de Febres e Cantanhede ainda têm muito para alargar e a de Ançã que tem como grande problema a tipologia do terreno que não é muito agradável para um investidor poder fazer intervenções profundas na zona que estava pensada; - Relativamente à agricultura, voltou a referir que foi criado o gabinete de apoio ao agricultor, sediado no edifício dos antigos Bombeiros junto à Proteção Civil, tendo-se já feito vários contactos com a CNA, a Escola Superior Agrária e com as Juntas de Freguesia. Referiu que a preocupação, por um lado, é poder entrar em contacto com os Presidentes de Junta e fazer formação específica naquela área aos agricultores descentralizando aquelas ações, e ao mesmo tempo, poder potenciar o escoamento dos produtos resultantes. Referiu que a grande dificuldade é que as empresas garantam o escoamento do produto e

mantenham um preço fixo, sendo que aquele gabinete irá preocupar-se em fazer a ligação entre o agricultor a empresa e a qualificação e oportunidade de novas culturas que possam exponenciar a agricultura no concelho; - Relativamente ao Parque Desportivo de Cantanhede, referiu ser uma grande preocupação e, naturalmente, dentro em breve, apresentará a dignidade que merece, não só por ser um Parque Desportivo com centenas de crianças, como também ser o Parque Desportivo da sede do concelho; - Relativamente ao Parque S. Mateus, referiu tratar-se do Parque Expo S. Mateus onde se realizou a Expofacil e informou que uma das funções do Sr. Eng.º António Alves é olhar para aquele projeto e dizer de que forma é que se pode conseguir conciliar a vertente da Expofacil com outro tipo de feiras que possam lá acontecer do ponto de vista temático e do ponto de vista da feira quinzenal que também lá decorre, mas de forma faseada, que poderá passar pela eliminação do Campo de Futebol de 11 para um campo de Futebol de 7; - Relativamente ao facto das candidaturas do PEDU não se estendem aos outros locais informou ser uma das condições impostas pela candidatura. De seguida recordou que o PEDU é um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano em que na CIM, só Coimbra, Cantanhede, Oliveira do Hospital e Figueira da Foz se puderam candidatar.-----

----- Voltou a intervir o Sr. João Parreiral, esclarecendo que só pretendia saber se as verbas recebidas seriam tidas em conta na redistribuição das verbas que o Município transfere para as Freguesias.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que, há obras que são feitas na sede do concelho que têm de ser entendidas como obras do Município e não só da Freguesia de Cantanhede. Recordou que em tempos, foram cometidos erros e que, atualmente, já não se constrói ou distribui equipamentos pelas freguesias, só porque cada freguesia quer ter qualquer coisa. Acrescentou que os investimentos

que são feitos no PEDU, por exemplo, a Marquês de Pombal ou a D. Afonso Henriques são obras que, caso não pudessem ser candidatas, obrigatoriamente o Município tinha que as fazer, pois quem é de Cantanhede sabe que toda a tubagem que passava debaixo das casas tinha, obrigatoriamente, que ser corrigida. Informou ainda que se trata de uma obra que está para ser feita há mais de 20 anos, sendo que com o PEDU se conseguiu um financiamento de 85% do seu custo, não se estando a roubar verbas a outras freguesias. Relativamente à requalificação da Casa da Cultura informou que, assumidamente, é uma obra municipal e tem que ser entendida enquanto tal, assim como a requalificação do mercado e toda a parte da Expofacil.-----

----- Pediu a palavra a Sr.ª Presidente da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Aidil Machado, a qual recordou que a freguesia de Cantanhede e Pocariça tem 10 localidades, não é só a cidade e que, por ser sede do concelho, leva sempre por tabela. Acrescentou que, nas outras localidades onde o PEDU não pode entrar, também tem de haver obras, sendo a razão de ser dos contratos interadministrativos que servem esse fim.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordou que o PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Cantanhede, decorre de regras comunitárias, foi promovido pela CIM e apenas 4 cidades, por serem sedes do concelho de grande dimensão, foram contempladas. Acrescentou que a área abrangida em Cantanhede é de cerca de 64 hectares e que todas as obras que estão previstas no âmbito do PEDU e que foram elencadas têm regras próprias. Assim, referiu que, no âmbito daquela candidatura, qualquer privado, seja para habitação própria, seja para estabelecimento comercial, pode fazer uma candidatura para requalificação do seu próprio edifício recorrendo a uma linha de crédito no âmbito do IFRU, com prazos mais estendidos e com taxas de juro relativamente baixas, próxima

de 1% ou 2%. Finalmente referiu que era impensável que o Município deixasse passar a oportunidade pelo que fez a candidatura para todas aquelas obras que vão ter lugar.-

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 40 – “Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2018”**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 22 votos a favor, 5 votos contra e 1 abstenção.-----

----- Após a votação o Sr. João Parreiral apresentou uma declaração de Voto subscrita pelos Membros da Bancada do PS do seguinte teor: *“Uma vez mais, os membros da Assembleia Municipal e os vereadores do Partido Socialista não foram convocados em tempo útil a consultar e participar na proposta de orçamento municipal e as GOP para o ano de 2018. Apenas os projetos de Orçamento e das Opções do Plano para 2018 nos foram remetidos antes da sessão desta Assembleia para serem aprovados. Consideramos que a participação de todos e a diversidade de opiniões poderia tornar os documentos mais abrangentes e, desta forma, servir melhor os nossos munícipes. Este é um documento orientador que define a estratégia política deste executivo para o próximo ano e subsequentes. Com o início de um novo ciclo autárquico aguardávamos, com alguma expectativa, que este fosse um documento com mais ambição e com uma visão mais abrangente para o futuro do Concelho de Cantanhede. Constatamos agora que se trata de um orçamento de continuidade, amorfo e sem novas ideias. Sabendo que a elaboração dos orçamentos anuais é decorrente das decisões estratégicas e políticas e apenas operacionaliza as mesmas para o próximo ano, assim importa sobretudo analisar a proposta apresentada à discussão e votação para as GOP para o próximo quadriénio. Continuamos a denunciar um investimento deficitário para as funções económicas onde atividades que deviriam ser consideradas como estratégicas para o concelho, como o turismo,*



tem destinados apenas 0,22% do Orçamento. Com este orçamento o que pretende fazer o executivo com o turismo do concelho? Qual a estratégia quando a quase totalidade do orçamento para o turismo é afeto à gestão dos postos de turismo. Apesar de considerarmos um passo positivo a isenção da taxa da derrama para empresas com volume de negócios inferior a 150.000,00Eur, não vislumbramos no orçamento outras medidas específicas quantificadas de apoio direto às empresas com implicação na criação de emprego e consequente fixação de pessoas, apesar da receita prevista da derrama no montante de cerca de 785 mil euros. Defendemos que a verba cobrada por este imposto deve ser reinvestida no setor económico, nomeadamente, nas zonas industriais do concelho, tornando-as mais atrativas para as empresas, por exemplo na zona industrial de Ançã que, apesar de fazer parte da GOP há mais de uma década não sai do papel. Num Município com extensa área agrícola e onde, segundo dados do site da CMC, 36% da população exerce a sua atividade no setor primário, é inadmissível que o orçamento afeto à agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca seja 0.34% do orçamento global e 0.98% da dotação reservada às funções económicas, denotando uma extrema falta de sensibilidade política para este sector. Continuamos sem conhecer minimamente as contas da Expofacil. As GOP das funções sociais denotam uma grande falta de estratégia e visão no que à cultura diz respeito. Num concelho onde proliferaram infraestruturas desportivas, nas mais diversas freguesias, é incompreensível que não se vislumbre um investimento numa infraestrutura municipal capaz de acolher espetáculos das mais diversas áreas culturais. Denunciamos que o investimento previsto no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), que se financia no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio Portugal 2020, apenas contempla obras na cidade de Cantanhede, deixando de fora todas as outras freguesias do concelho. Aguardamos com expectativa

que a distribuição da verba inscrita nas transferências entre administrações, nomeadamente o valor a transferir para as diversas juntas de freguesia de modo a financiar os diversos investimentos operacionalizados por estas entidades tenham em conta este fator na salvaguarda da coesão social e territorial defendida nas GOP. De fato este orçamento e sobretudo as opções estratégicas apresentadas nas GOP para o próximo Quadriénio, não refletem no nosso entender, as devidas prioridades do Município e dos Municípios de Cantanhede. Pelas razões acima expostas os Deputados Municipais eleitos pelo PS, abaixo assinados, votaram contra as propostas apresentadas para o orçamento e as GOP para 2017.”-----

----- Também o Sr. Rogério Marques, apresentou uma declaração voto subscrita pelos elementos da Bancada do PSD do seguinte teor: “A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede regista favoravelmente os seguintes aspetos do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018: O valor global é de 24 milhões e meio, o que representa um ligeiro decréscimo em relação a 2017 (menos 2,5€). Este valor reflete o extremo rigor com que os documentos previsionais têm vindo a ser elaborados, procurando ajustar os valores à realidade do concelho e da Câmara, mas também a consolidação orçamental que tem vindo a ser implementada nos últimos anos, com reconhecido pragmatismo e eficácia. Como é referido no texto introdutório, “a ambição de responder a novos desafios, passa por tirar o melhor proveito possível das oportunidades geradas pelo quadro comunitário de apoio em vigor”, onde se destacam naturalmente as obras de regeneração urbana previstas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), financiada por fundos comunitários em 3,3 milhões de euros (de um total de cerca de seis milhões de euros a investir em Cantanhede nesse âmbito, que se refletirão ainda no orçamento de 2019). Obras com esta dimensão têm necessariamente um relevo especial, pelo que não se pode deixar

de destacar a criação de uma rede ciclável na cidade, a requalificação urbana das ruas dos Bombeiros Voluntários, D. Afonso Henriques e Marquês de Pombal, a reabilitação de imóveis como o antigo edifício da Escola Técnico-Profissional de Cantanhede, a Casa das 3 Marias, a antiga Escola Conde Ferreira e o Mercado Municipal, bem como na recuperação das habitações de carácter social no Bairro Vicentino. As propostas de investimento ascendem a mais de 10 milhões de euros, destacando-se também os investimentos a realizar no âmbito de parcerias com as Juntas de Freguesia, ao abrigo de acordos de transferência de competências que oferecem evidentes vantagens na gestão e otimização dos recursos. São também relevantes os investimentos orientados para a crescente qualificação das condições do processo ensino/aprendizagem em toda a rede educativa, com destaque para as obras de beneficiação e modernização da Escola EB1/Jardim de Infância Cantanhede Sul e da Escola EB 2,3 de Marquês de Marialva, em Cantanhede, as quais contam também com financiamento comunitário. Destaque também para a poupança corrente, que se estima ser superior a 4,8 milhões de euros, o que demonstra eficácia na angariação de receitas correntes, mas sobretudo uma grande capacidade de controlo da despesa corrente, tanto mais que este orçamento acomoda o aumento de vários encargos, entre os quais os decorrentes do descongelamento das carreiras dos funcionários e também da evolução dos preços dos bens de consumo que suportam a atividade camarária, particularmente os combustíveis e a energia. Destaque ainda para a coerência e equilíbrio deste Orçamento, aferida pela unanimidade registada na sua aprovação em reunião de Câmara, assim como pela unanimidade conferida pelas Juntas de Freguesia às taxas, aos investimentos, ao PPI, ou seja, pela unanimidade conferida pelas Juntas ao Orçamento e aos princípios que o norteiam. Por último, relativamente a capacidade de diálogo e de esclarecimento por parte da Câmara

Municipal, que ano após ano continua a explicar cabalmente todas as dúvidas sobre o Orçamento, dando respostas factuais e objetivas que sucessivamente são ignoradas pela bancada do PS na Assembleia Municipal, numa atitude surda e demagógica. Assim e pelo exposto, esta bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede vota favoravelmente o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018.”-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 41 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Cantanhede”**, tendo o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, dado a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio.-----

----- A Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, referiu que o **Ponto 41 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Cantanhede”** e o **Ponto 42 – “Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2018”**, tratam de questões relacionadas com pessoal pelo que iria apresentar os dois assuntos em conjunto. Assim, começou por recordar que há uns anos atrás, houve uma alteração em termos de estrutura, quando foi imposto que o número de chefias era de acordo com o número de habitantes, com a área do Município, etc.. Na altura foram feitas as alterações necessárias que foram concretizadas recentemente. Contudo, considerou-se que há determinado tipo de serviços que têm de ser potenciados e alterados pelo que se entendeu alterar, de forma temporária, a estrutura hierarquizada que passa para uma estrutura mista. Esclareceu, de seguida que se propõe a criação de 3 equipas multidisciplinares, na dependência da presidência, nomeadamente, uma ligada à parte do jurídico e das contraordenações, uma outra ligada ao Serviço Municipal de Inovação e Qualidade, juntamente com toda a parte da informática, da modernização



administrativa e das novas tecnologias e outra ligada à Comunicação, à Imagem, ao Turismo e ao Protocolo. Esclareceu ainda que estas equipas permitem que os seus chefes possam recorrer a alguns funcionários que estão adstritos a um Departamento e utilizá-los nesse mesmo serviço, não os tendo obrigatoriamente a tempo inteiro. Deu como exemplo o facto dos colegas do turismo se poderem relacionar com essa estrutura em termos da imagem e da comunicação, porque o turismo passa muito por vender esses mesmos produtos. Referindo-se ao mapa de pessoal, recordou as imposições governamentais para as aberturas de Concursos, mas também a existência de pessoas que estão a recibo verde no Município. Informou ainda que, aos poucos, se tentam criar condições para que algumas pessoas possam concorrer a alguns concursos e recordou que existem alguns técnicos superiores, talvez a trabalhar há 14 anos para o Município, a recibo verde ou a contrato de prestação de serviços ou de tarefas, mas com a abertura de concurso poderá concorrer qualquer pessoa, muitas delas com vínculo à Função Pública, logo com entrada imediata, ficando os atuais prestadores de serviço excluídos do concurso. Esclareceu de seguida que, de acordo com as informações prestadas pela Associação Nacional de Municípios Portugueses e pelo Governo que poderá haver condições, dentro do próximo ano, de haver alguma alteração neste tipo de vínculo, para as pessoas que estão como precários a recibo verde possam ter a possibilidade de passar para o quadro de pessoal. Referiu ainda que o Executivo está desejoso para que isso aconteça, não só porque cria estabilidade no quadro da Câmara, como também do ponto de vista financeiro. Acrescentou ser mais pernicioso para a Câmara ter pessoas a recibo verde do que com vínculo e, para a própria pessoa existirá uma maior motivação, porque sentirá o seu lugar mais estável e seguro. Recordou que, nos últimos anos, foram abertos alguns concursos, nomeadamente, na área da educação,

aos quais concorreu muita gente que estava na Câmara a recibo verde e informou que o Executivo pretende avançar com concursos para 4 auxiliares administrativos, 3 auxiliares de serviços gerais, 1 condutor de máquinas e veículos especiais, 2 pedreiros, 1 motorista de pesados, 1 coveiro, 1 mecânico e 3 auxiliares de ação educativa. Esclareceu de seguida que, se a lei desbloquear, como se espera, e se houver a possibilidade das pessoas passarem a outro vínculo, não haverá necessidade de abrir concursos, uma vez que serão providos com outro tipo de figura. Informou ainda que, em 2011 o Município tinha 306 funcionários no quadro e que, neste momento, tem 230, essencialmente, pela quantidade de aposentações que ocorreram e pela pouca possibilidade que houve para poder recrutar. Afirmou acreditar que no próximo ano possa haver uma melhoria daquelas condições e congratula-se com o descongelamento de carreiras ou com o aumento do rendimento mínimo, que afeta todos os assistentes operacionais, apesar das implicações que tem do ponto de vista orçamental. Referiu também que, no próximo ano há intenção de se fazer um orçamento mais participativo, sendo certo que nunca se fez nenhum orçamento do Município sem consultar todos os Presidentes de Junta, sejam de que partido forem. Reconheceu que os elementos das duas bancadas da oposição podem ter uma palavra ativa no orçamento, sendo mesmo interessante que possam ver o que é que se pode fazer com o que existe, com a obra que desliza e com as propostas muitas vezes obrigatórias de cortar e ver quais seriam as decisões relativamente a esses mesmos cortes. Aconselhou a que os discursos feitos na rua fossem melhor estudados, porque fica-lhes mal demonstrar algum desconhecimento dos termos contabilísticos que fazem parte do orçamento. De seguida referiu que, neste momento, o concelho de Cantanhede tem um equipamento em Febres, que tirando o CAE ou o convento de S. Francisco, é dos poucos que está preparado para receber



espetáculos que só podem ser feitos em equipamentos aprovados pela IGAC. Terminou a sua intervenção dizendo que o Executivo está aberto a ouvir as 3 bancadas, não só noutros locais, como nos gabinetes de qualquer vereador ou da presidência. Finalmente, desejou a todos um ótimo Natal e um ótimo 2018, quer do ponto de vista profissional, quer pessoal e que todos os munícipes de Cantanhede possam ter no ano de 2018 a concretização de tudo e que o Município possa contribuir para o seu crescimento e para a sua melhoria.-----

----- Interveio, de seguida o Sr. Luís Pato, o qual referiu que, tal como a Câmara Municipal de Cantanhede, também o Partido Socialista, tem falado ao longo das últimas sessões, nomeadamente, no mandato anterior, sobre a preocupação relacionada com a estabilidade dos funcionários da Câmara Municipal, tendo referido a questão das mobilidades intercarreiras. Assim, demonstrou o seu agrado em verificar que essa preocupação se mantém e que se tente estabilizar as pessoas que já estão há largos anos a colaborar com a Câmara. De seguida, referindo-se à área da comunicação e ao Turismo, questionou sobre a promoção do turismo e do facto de a Câmara Municipal não ter presença em redes sociais.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que, de facto, a questão da comunicação é fundamental e a questão das redes sociais cada vez mais. Informou, de seguida que a Câmara também tem página do Facebook, mas vocacionado para algumas áreas, nomeadamente, na área da ação social e do canil municipal. Informou ainda que está a ser feito um trabalho mais abrangente na área da comunicação e que a parte do Município vai ser alterada do ponto de vista da imagem, e que, se o turismo tem essa componente forte do ponto de vista económico, concorda que a questão da comunicação e da imagem é fundamental.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o Ponto 41 –

“Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Cantanhede, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade”.-----

----- Passou-se, de seguida ao Ponto 42 – “Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2018”;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o Ponto 42 – “Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2018”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao Ponto 43 – “Apreciação, discussão e Votação da aprovação da Declaração emitida pelo Município de Cantanhede, no âmbito de uma candidatura à Ad Elo, destinada à Requalificação e Adaptação do Edifício da Escola Primária de Portunhos”;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordou que o assunto tem a ver com uma candidatura que chegou na sexta-feira, a qual necessita de uma declaração do Município para a adaptação do edifício da Escola Primária de Portunhos e que precisa da aprovação por parte da Assembleia Municipal.-----

----- Deu, de seguida a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual alertou os Presidentes das Juntas de Freguesia para também estarem atentos a outras candidaturas que a ADELO está a lançar, seja respeitantes ao mar, seja na área turística, seja na parte dos mercados e feiras, referindo que as verbas mais curtas, mas que convém sempre aproveitar.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o Ponto 43 – “Apreciação, discussão e Votação da aprovação da Declaração emitida pelo

Município de Cantanhede, no âmbito de uma candidatura à Ad Elo, destinada à Requalificação e Adaptação do Edifício da Escola Primária de Portunhos” tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

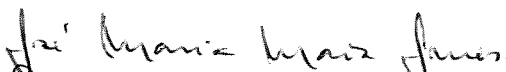
----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- Finalmente, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura desejou a todos um Feliz Natal e um Ano de 2018 cheio de sucessos profissionais e pessoais e, sendo 20h40 horas, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

----- O Presidente:



----- O Primeiro Secretário:



----- A Segunda Secretária:

